

# Recensões

Victor INFANTES, Ana MARTÍNEZ PEREIRA, *De las Primeras Letras. Cartillas españolas para enseñar a leer del siglo XVII y XVIII* (Preliminar y edición de 26 obras; estudios de Bernabé Bartolomé Martínez e Pedro Ruiz Pérez), Salamanca, Ediciones Univesidad de Salamanca, 2003, 2 vols., 1040 pp.

Dando continuidade ao estudo que, em 1998, Víctor Infantes publicou na mesma Universidade de Salamanca – com o título *De las primeras letras. Cartillas españolas para enseñar a leer de los siglos XV y XVI. Preliminar y edición facsímil de 34 obras* – esta importante obra do mesmo autor, em colaboração com Ana Martínez Pereira, faculta-nos um vasto reportório de cartilhas dos séculos XVII e XVIII, quer através do «censo de cartilhas y doctrinas» destas duas centúrias (vol. I, pp. 65-105), quer através da transcrição das mesmas, incluindo ainda um importante reportório da «Literatura paradidáctica, pliegos sueltos» dos mesmos séculos (vol. I, pp.108-133).

O estudo introdutório de Víctor Infantes sobre «La memoria impresa de la enseñanza» realça o complicado processo de delimitação genológica das cartilhas e mostra, com o rigor que já lhe conhecemos, os critérios (tanto para as inclusões quanto para as exclusões) seguidos nesta obra que visa fornecer «una muestra suficientemente significativa de todos los nuevos modelos propugnados a lo largo de estos dos siglos, especialmente en el de las Luces» (p. 15).

Por isso foram incluídas todas as obras impressas que correspondiam ao modelo de *Cartilha* e/ou *Doutrina*, de acordo com o que o mesmo especialista havia feito para os séculos XV e XVI, deixando, consequentemente, de lado os catecismos e outros manuais de formação essencialmente doutrinal de extensão geralmente superior. Foi prestada especial atenção aos manuscritos, uma vez que formavam também parte dessa «nueva conciencia pedagógica» e eram, indiscutivelmente, «el testimonio (no recuperado en la mayoría de los casos hasta el presente) de una parte de la historia de la mentalidad educativa de nuestra historia» (p. 16). Foram incluídas também obras bilingues, embora sujeitas a uma selecção em função dos critérios adoptados.

Neste quadro, faz todo o sentido a inclusão ainda de um anexo intitulado «Literatura paradidáctica», constituído maioritariamente por «pliegos sueltos poéticos (y no poéticos)» que completam o «universo editorial de la formación lectora y doctrinal» muito próxima da chamada 'literatura de la infancia' (p. 16).

Tudo isto veio a permitir oferecer um «Censo de *Cartillas* y *Doctrinas*» composto por cinquenta e oito obras localizadas. Os critérios de inclusão/exclusão de obras, nomeadamente de alguns *silabarios* sem data e de obras extensas, são cuidadosa e rigorosamente explicados por Víctor Infantes (pp.19-23) que, desta maneira também, vai deixando referências precisas a muitas obras que não foi possível incluir neste «censo» (mas que assim são também lembradas...).

O «Preliminar» da obra inclui ainda dois estudos mais: um de Bernabé Bartolomé Martínez, «Valores pedagógicos de las *Artes de leer* y *doctrinas* hispanas de los siglos XVII y XVIII» (pp. 31-47) e outro de Pedro Ruiz Pérez, «De las primeras letras a las letras» (pp. 49-64).

Bernabé Bartolomé Martínez começa por apresentar uma visão de conjunto (talvez demasiado sucinta) sobre alguns aspectos da «alfabetización y fe en los siglos XVII y XVIII» (pp. 31-37), para depois passar aos métodos (em articulação com os objectivos) das 'cartilhas', 'doutrinas' e 'artes de ler', bem como aos aspectos que se prendem com a sua organização temática, com os seus conteúdos, com os agentes e destinatários, com a selecção dos tempos e espaços para a aprendizagem da leitura e escrita e da doutrina cristã (pp. 42-47). A variedade que, apesar de tudo, apresentam os diferentes tipos de obras justifica que se façam distinções importantes entre elas, para que a sua importância não se dilua na aparente semelhança.

O interessante estudo de Pedro Ruiz Pérez, «De las primeras letras a las letras» complementa, de um modo cuidado e claro, o estudo anterior. Retomando dados do referido estudo de Víctor Infantes sobre as cartilhas dos séculos XV e XVI, lembra a decisiva complementaridade, para o ensino das primeiras letras, da implantação da imprensa e da «ideologia humanista» (incluindo a revalorização da língua e da gramática) e precisa alguns aspectos que se relacionam com a diferenciação então existente ente leitura e escrita. Como

muito bem refere, «Métodos didácticos, disponibilidades sociales y demandas económicas se unen para separar nitidamente el aprendizaje de la lectura del acceso a la escritura» (p. 51). Do mesmo modo, realça a «esencial identificación del aprendizaje de la escritura con la caligrafía, es decir, con el dibujo de las letras» que conduziu, por sua vez, a um significativo crescendo de manuais de ortografia ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. A diferenciação que estabelece entre os «tres tipos de lectores» daqueles séculos pressupõe sempre matizes e gradações que impedem a simplificação da mesma e, também, do próprio conceito de alfabetização.

A diversidade – que, muitas vezes, é também complementaridade – de 'cartilhas', 'doutrinas' e 'manuais de escrita' também se relaciona com a complementaridade do ensino/aprendizagem das primeiras letras e da doutrina cristã ao longo dos séculos XVI, XVII e, até, XVIII. Mas o estudo das «cartilhas» dos séculos XVII e XVIII – agora disponíveis nesta importante obra – permite verificar também que, a par das continuidades (inclui em relação aos séculos XV e XVI), se vão introduzindo inovações formais e pedagógicas nas cartilhas e doutrinas dos diferentes séculos, neste caso particular, dos XVII e XVIII. Assim o mostra exemplarmente este estudo de Pedro Ruiz Pérez, nomeadamente quando nota que uma das inovações é a crescente presença das ortografias que «suponen un grado superior de formación», bem como o aparecimento de «trataditos sobre prosodia y métrica» (p. 62). Igualmente muito importante é o facto de muitos dos manuais serem reorientados mais para o uso do mestre do que para o «consumo» do aluno, «induciendo una pedagogía más activa, apoyada en bases racionales y en una incorporación del juego, más que en la disciplina de la amenaza y el castigo» (p. 62-3), aspecto que Pedro Ruiz não deixa de articular com as mudanças na «política general y cultural y educativa en particular», na «sociología de la educación», nos «procesos de urbanización», no «desarrollo de instituciones educativas», ou seja, do horizonte cultural que acompanhou (e também terá contribuído para) as mudanças políticas e sociais de Setecentos.

A globalidade do estudo de Pedro Ruiz – potenciado pelos textos que a obra edita – conduz à afirmação da inquestionável e decisiva contribuição das cartilhas não só para o conhecimento das primeiras letras mas também, dado que estas são a antecâmara das *litterae humanae*, para todo o progresso da República das Letras, porque todos os «verdaderos lectores» e «letrados», «sea cual sea su naturaleza (...) se inician siempre con las mismas prácticas y los mismos textos» (p. 64).

Por tudo isto, este imenso trabalho de Víctor Infantes e Ana Martínez Pereira não é apenas uma muito útil obra documental e bibliográfica que disponibiliza, com rigor, os textos que foi possível localizar nas diversificadas bibliotecas públicas e privadas. É, acima de tudo, um instrumento imprescindível não só para quem queira ter uma visão de conjunto sobre o vasto «material didáctico» que foi sendo produzido ao longo dos séculos XVII e XVIII e para quem queira conhecer os conteúdos das diversas cartilhas, mas também para todos os que pretendam estudar os múltiplos (e complexos) aspectos da alfabetização, das práticas de escrita e das orientações pedagógicas de Seiscentos e Setecentos.

Maria de Lurdes Correia Fernandes

Pedro M. CÁTEDRA, *Nobleza y Lectura en Tiempos de Felipe II. La biblioteca de Don Alonso Osorio, Marqués de Astorga*, Valladolid, Junta de Castilla y León – Consejería de Educación y Cultura, 2002, 650 pp.

Se os silêncios historiográficos sobre muitas figuras e dimensões da História encobrem variadíssimos aspectos da vida social, política e cultural da mesma, não negam nem a sua existência nem a sua importância, do mesmo modo que não impedem que a investigação paciente e sistemática lhes venha a devolver o lugar a que nela têm direito. Assim parece suceder, sob alguns pontos de vista, com a figura de D. Alonso Osorio, VII marquês de Astorga (1589-1592), cuja biblioteca, colecção artística e enquadramento cultural nos faculta esta minuciosa e cuidada obra de Pedro M. Cátedra.

Dando continuidade a diversas investigações do Autor no campo da história do livro, da leitura e das bibliotecas, este estudo sobre uma figura algo esquecida da nobreza que rodeou Filipe II visa trazer a público não só os inventários da sua biblioteca e da dos seus sucessores da Casa de Astorga, como também mostrar a relativa especificidade da mesma, tendo em conta ainda a sua evolução desde 1573 até à data da morte de D. Alonso Osório em 1593, acompanhando ainda algumas transformações até 1637 e seguindo a evolução e a dispersão da mesma até ao século XIX.

A hábil reconstituição (a possível) da biografia deste filho segundo do quarto marquês de Astorga, irmão do quinto marquês e tio do sexto marquês, apresenta-nos uma figura que, herdando por casualidade o título nos últimos anos da sua vida (1589-1592), se formou no círculo da corte de Filipe II, estabeleceu relações culturais e bibliófilas com figuras importantes da época e teve uma cuidada educação estética tradu-

zida em «su preferencia por los libros ilustrados, colecciones de grabados de todo género o manuales de arquitectura» (p. 20), como bem o mostram, aliás, os inventários e os vários documentos agora publicados por Pedro M. Cátedra.

Esta vasta obra está dividido em duas partes distintas mas complementares. A primeira, subdividida em cinco capítulos, é formada por um longo estudo em que, de forma erudita mas também clara, Pedro Cátedra traça a biografia de D. Alonso Osorio (I, pp. 15-41) e nos apresenta a complexa história e localização dos «Inventarios, catálogos, formación y dispersión de la librería de Don Alonso Osorio y de la casa de Astorga – siglos XVI-XIX» (II, pp. 43-104); em que reconstitui, com base nos documentos apresentados, «El ambiente y el espacio de los libros» (III, pp. 105-151), conduzindo-nos com mestria pelo alcázer de Astorga e pelas suas riquezas artísticas; em que mostra, no capítulo dedicado às formas dos livros (IV, pp. 152-189), como estes «constituyen una colección impar desde variados puntos de vista», exemplificada na reprodução e descrição das encadernações de alguns exemplares (pp. 164-189); em que, finalmente, nos apresenta e discute a variedade das matérias dos livros (V, pp. 191-239), enquadrando-as criticamente nos gostos e orientações bibliófilas (e também bibliográficas) bibliográficas da época.

A segunda parte (pp. 237-574) publica dois inventários, (Inventario A, de 1573, e Inventario B, de 1593), a que acrescem diversos apêndices documentais sobre a vida de Alonso Osorio (pp. 577-594), a vasta bibliografia e um índice onomástico e de obras anónimas.

Deste modo, a riqueza da informação não só sobre D. Alonso Osorio, mas também sobre a casa de Astorga, sobretudo nos séculos XVI e XVII, estende-se dos aspectos genealógicos e da situação económica de toda a casa (e, até, dos conflitos conjugais de D. Alonso e sua mulher) até à problematização em torno da realização e conservação dos inventários, passando pela descrição quase minuciosa do alcázar e do seu colecionismo artístico – mostrando como o «ambiente creado por Osorio en su estudio o librería (...) es el resultado de la convivencia equilibrada entre objetos propios de la Wunderkammer y los libros» (p. 146) –, pelo estudo e discussão das formas e conteúdos da rica biblioteca (tanto em impressos como manuscritos), notando também tanto os seus aspectos tradicionais quanto aqueles que a fazem especial e, em alguns aspectos, «moderna» no quadro de outras bibliotecas nobiliárquicas da época.

A apresentação e análise das matérias e respectivas percentagens (encabeçadas pelos 33,5% de livros de História, 17,5% de Literatura e 11,5% de Religião) parecem mostrar, a par do «critério objetual, artístico y bibliófilo al tiempo», a aproximação ao «pensamiento simbólico unitario e historiográfico del siglo XVI, verdadero *dechado de varios sujetos* en el mismo sentido misceláneo y, al tiempo, artísticamente selectivo, coleccionista y museístico, como se supone en el libro para el que la cultura nobiliaria y la historia de Felipe II es un museo» (p. 194-5).

Um «museo» que agora pode voltar a ser visitado e revalorizado, reabertas que foram as suas portas neste cuidado e fundamental trabalho de Pedro M. Cátedra.

Maria de Lurdes Correia Fernandes

Maria do Céu FRAGA, *Os géneros maiores na poesia lírica de Camões*. Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2003, 380 pp.

Depois de ter editado, em 2001, *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*, obra em que Hélio J. S. Alves dá uma particular atenção a *Os Lusíadas*, inserindo o estudo poema camoniano no contexto historico-literário em que surgiu, o Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, sediado em Coimbra, oferece, em 2003, este trabalho de Maria do Céu Fraga, centrado numa parte altamente significativa das *Rimas* do poeta. Dá, assim, auspicioso cumprimento ao propósito, que o Coordenador Científico do referido Centro, Aníbal Pinto de Castro, enunciava, numa curta nota de apresentação desta «nova série de publicações consagradas ao tempo, à figura e à obra de Camões», de se «aplicar, com honesto estudo, à investigação e ao ensino do texto camoniano e de quanto ele representa no devir da cultura, da literatura e da língua portuguesas» (in *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*). A qualidade e originalidade dos estudos publicados prometem, efectivamente, vir renovar uma área dos estudos literários que, no nosso país, parecia encontrar-se em perda nas últimas décadas e abrem o caminho a outros contributos que venham dar continuidade e consistência aos resultados das investigações agora apresentadas.

A obra de Maria do Céu Fraga debruça-se sobre uma parte do *corpus* da lírica camoniana que o título pretende delimitar com clareza; seguindo a distribuição e a designação utilizadas por Hernâni Cidade quando editou, em 1945, nas edições Sá da Costa, as *Obras completas* do poeta, a autora excluiu da sua investigação

as redondilhas e os sonetos. Talvez tenha sido esta a opção mais arriscada assumida pela investigadora, uma vez que esta delimitação do objecto do seu estudo parece basear-se, afinal, num simples critério quantitativo: os géneros que reteve são objectivamente «maiores», porque utilizam um verso longo e/ou porque se desenvolvem num elevado número de versos. A exclusão dos sonetos só deste modo se justifica; é, de facto, difícil aceitar que estas composições camonianas não sejam dignas de integrarem os géneros líricos «maiores», apenas porque, na justificação da autora, «os seus catorze versos não consentem a demora na análise e explanação dos temas» (pág. 24). Não vamos, contudo, deter-nos sobre esta questão, até porque Vítor Aguiar e Silva a ela se referiu na «Apresentação» da obra (pp. 5-8), onde manifesta claramente a sua discordância em relação às opções de Maria do Céu Fraga nesta matéria e lembra que foi justamente pela «brevidade, concisão, dificuldade construtiva, densidade semântica, eficácia discursiva, elegância formal» que o soneto «foi exaltado no século XVI como a forma maior da poesia lírica».

Não é por esta opção de base que o trabalho de Maria do Céu Fraga deixa de ser importante para os estudos camonianos. Apesar da limitação referida, oferece-nos um panorama muito representativo do ambiente cultural e literário em que o autor das Luís de Camões compôs a sua obra, enquanto, simultaneamente, traça, com acuidade e segurança, o que faz a originalidade das suas práticas poéticas e a mundividência que através delas se exprime. Assim, depois de um primeiro capítulo em que mostra a importância que a classificação por géneros dos poemas líricos de Camões assumiu, desde 1595, na história editorial das *Rimas*, a autora consagra os quatro capítulos restantes ao estudo sucessivo das canções (capítulo II), das odes (capítulo III), das elegias e epístolas (capítulo IV) e, por fim, das élogos (capítulo V). Para cada um destes géneros oferece uma caracterização epocal, recorrendo não só às indicações de preceptistas literários contemporâneos do poeta (com um especial destaque para Miguel Sanches de Lima e o seu tratado sobre *El arte poetica en romance castellano*, publicado pela primeira vez em 1580), mas também à prática dos poetas italianos e espanhóis que se constituíram em modelos literários e que ajudaram a fixar a tradição genológica do lirismo em língua vernáculo. A lírica camoniana é, assim, perspectivada em relação às obras dos outros poetas quinhentistas portugueses (com particular atenção a Sá de Miranda, António Ferreira, Andrade Caminha e Diogo Bernardes), mas é igualmente situada relativamente aos modelos que Petrarca, Bembo, Sannazaro, Boscán e Garcilaso, entre outros, lhes ofereciam. Inserida e interpretada à luz das suas referências poéticas, a obra lírica de Camões ganha contornos bem definidos, salientando-se, de um modo mais concreto e evidente, a originalidade do poeta, face ao que na sua obra corresponde a uma modelização condicionada pela tradição literária.

É verdade que, por vezes, se torna difícil delimitar com clareza os diferentes géneros e subgéneros líricos. Se as características genológicas comuns das canções petrarquistas e das odes não impedem que as suas diferenças sejam visíveis, é já com mais dificuldade que a autora procura distinguir a elegia da epístola e, dentro destas, os seus subgéneros. Não deve, contudo, ser assacada exclusivamente à autora alguma indefinição conceptual detectável neste domínio. Ela própria se dá frequentemente conta dessas oscilações, que atribui, correctamente, aos próprios poetas e leitores quinhentistas, e não apenas os nacionais: «Não se pense que a oscilação de classificação resulta de uma dificuldade dos poetas e dos leitores portugueses, por norma pouco atreitos à teorização crítica. Ela é partilhada na época» (pág. 182).

Não pretendem as observações deixadas acima diminuir os múltiplos méritos do trabalho de Maria do Céu Fraga. Trata-se, efectivamente, de um valioso contributo para um mais rigoroso conhecimento das opções estéticas de Camões e para a compreensão do seu significado, no âmbito da literatura europeia do seu tempo. Pelo rigor da sua análise, pela pertinência das interpretações que propõe, pela profundidade e largueza das contextualizações que oferece, pela preocupação constante na fundamentação das suas opções, é uma investigação modelar. Pelo seu carácter original e inovador, destaca-se, no conjunto, o capítulo dedicado às élogos camonianas. Globalmente, a importância maior desta obra talvez esteja, no entanto, em proporcionar aos seus leitores uma abordagem sistemática desta parte tão significativa da poesia camoniana, integrando de um modo crítico e criativo os múltiplos contributos que, dispersos em artigos de revistas e em actas de colóquios, foram sendo produzidos e divulgados pelos mais diversos ensaístas nacionais e estrangeiros, ao longo das últimas décadas. Vindo juntar-se ao trabalho de Hélio J. S. Alves que referimos no início, esta síntese de Maria do Céu Fraga deixa mais nítida a necessidade de um estudo que, com o mesmo fôlego e com o mesmo rigor metodológico, realize um estudo sistemático dos textos camonianos que ficaram fora do âmbito destes dois trabalhos. As objecções que podemos colocar à pertinência da delimitação dos «géneros maiores» no *corpus* da poesia lírica camoniana reflectem, também, o sentimento de urgência que a falta desse estudo global nos suscita.

Francisco Rodrigues LOBO, *A Primavera* (Edição, Introdução e Notas de Maria Lucília Gonçalves Pires; col. «Obras Clássicas da Literatura Portuguesa», n.º 111), Lisboa, Vega, 2002, 352 pp.

Publicada pela primeira vez em 1601, a *Primavera* de Francisco Rodrigues Lobo acaba de surgir, em boa hora, reeditada sob a responsabilidade de Maria Lucília Gonçalves Pires, reconhecida especialista da literatura e da cultura dos séculos XVI-XVIII, na colecção das «Obras clássicas da Literatura Portuguesa». E se, por um lado, esta publicação vem colmatar as dificuldades em encontrar textos disponíveis – sendo muito raros os exemplares das três primeiras edições, editadas ainda em vida do autor, e remontando a última a 1888 –, por outro, faculta um texto criteriosamente editado, acompanhado de uma erudita introdução, uma exaustiva bibliografia, seleccionadas e explicativas notas e um elucidativo e muito útil quadro final dos poemas incluídos na obra.

A «Introdução», constituída por cinco partes, apresenta a «História editorial da *Primavera*», a respectiva recepção, a «Estruturação do texto», os «Temas e motivos», interrogando-se a última parte sobre a possibilidade de integrar a obra no estilo de época denominado «maneirismo». Ao evocar a «história editorial» do texto, a primeira novela pastoril, «de autor português em língua portuguesa» (p.7), a A. sublinha o cruzamento de tradições e heranças várias que contribuíram para a constituição dos códigos do género, e que talvez se prendam mais, no caso particular da *Primavera*, com a *Arcadia* (1501) de Sannazaro e a *Menina e Moça* (1554) de Bernardim Ribeiro, que com o modelo representado pela *Diana* (1559) de Jorge de Montemaior. A Autora acentua, assim, «a depuração do elemento pastoril» (p.8), com exclusão de elementos procedentes de outros géneros literários, como os livros de cavalarias, a novela de corte ou o chamado romance grego, sublinhando o facto de *A Primavera* anunciar, por assim dizer, um tempo, breve é certo, de produção de outras novelas pastoris que exaustivamente enumera.

M. Lucília G. Pires procede, ainda, a um inventário das diferentes edições, acentuando também a fortuna deste texto de Rodrigues Lobo, através das várias referências que lhe foram sendo feitas ao longo de séculos, por nomes tão ilustres quanto o de Lope de Vega. Muitos desses louvores, acentua a Autora, elogiam o «corpus» poético incluído que se tornou frequentemente, na segunda metade do século XVII, «uma das componentes do êxito desses livros» (p.15) e que esta edição, aliás, reúne num quadro classificativo final de muita utilidade. A «estrutura do texto», detidamente estudada, fixa os três momentos essenciais da «peregrinação» de Lereno, mostrando que o primeiro se revela «em termos diegéticos [...] um tempo fundador em que se situa a mudança de estado do protagonista e os factos que irão desencadear toda a sucessão da narrativa» (p.17), o segundo, o lugar do desterro e o terceiro «um novo espaço do desterro», nas praias do Tejo, levando Lereno a «deixar a vida de pastor pela de peregrino» (p.17).

Pelo que se refere à «organização da narrativa», a A. evidencia que a novela possui uma «estrutura linear e algo repetida», desenrolando-se «num espaço que a denominação toponímica parece inserir num espaço geográfico real e concreto – vales do Lis e do Lena, campos do Mondego, ribeiras do Tejo», embora num tempo «an-histórico», e examina com precisão e clareza a função do vasto conjunto de poemas, integrados no texto, «na criação e na representação do universo pastoril» (p.19).

Estudando ainda os «Temas e motivos», a introdução mostra como o «Amor» e a «Deambulação», no sentido da «peregrinação», constituem o cerne da narrativa, reelaborando os códigos da novela pastoril, interrogando-se a A., na última das partes, sobre a legitimidade ou não de apelidar *A Primavera* de «novela maneirista».

Para além desta muito informativa introdução, que esclarece o leitor ao mesmo tempo que coloca pertinentes questões sobre o conceito e o universo da «novela pastoril» portuguesa, suscitando e contribuindo para a renovação dos estudos nesta área do saber, esta edição de *A Primavera* está ainda acompanhada por notas explicativas que permitem conhecer as outras lições do texto, cujo estabelecimento se apresenta sustentado por criteriosos normas de transcrição. Apresenta-se, assim, como uma edição modelar, exemplarmente servida por um registo discursivo que concilia a precisão e o rigor com uma erudição criteriosa, tornando esta *Primavera*, não apenas uma leitura indispensável para os especialistas da área em causa, mas também para o público universitário em geral.

Julián MARTÍN ABAD, *Los primeros tiempos de la imprenta en España (c. 1471-1520)*, Madrid, Ediciones del Laberinto, 2003, 319 pp.

*La historia del libro debe ser la de su total peripecia vital, incluyendo todas las fases, y aspectos de un acontecimiento en el que las habilidades técnicas y creativas del hombre se relacionan mutuamente con los intereses culturales, económicos, políticos y religiosos de cada momento (p. 284).*

Dentro de la (irregular) colección Arcadia de las Letras de Ediciones del Laberinto, nos llega esta nueva obra de Julián Martín Abad, obra que pacientemente vuelve a explicarnos lo que él mismo ya ha explicado en tantas ocasiones, y que con tanta frecuencia olvidamos. La obra no es, sin embargo, una repetición, sino una completa puesta al día de materiales bibliográficos que completan una ordenada historia de la imprenta en su primera época. Y no es sólo eso.

Esta edición, no hay que olvidarlo, se publica dentro de una colección cuya finalidad es la difusión de trabajos no estrictamente de investigación, en el sentido de que no aportan novedades, aunque sí mantienen un alto nivel científico. Creemos que en este caso la aportación sí es importante, por lo que supone disponer de una historia completa, ordenada, exhaustiva y precisa de estos primeros años de la imprenta.

Dentro de una estructura general y exigida, la obra se inicia con una presentación y un cuadro cronológico que relaciona hechos históricos con momentos señalados referentes al tema tratado. Al final, un índice onomástico y de títulos de obras que facilita la búsqueda bibliográfica dentro de las notas del texto, ya que la bibliografía final sólo puede ser una selección de los trabajos más destacados en la materia y no recoge todo lo mencionado en el texto. La bibliografía «selecta» aportada por Martín Abad es más amplia de lo que es habitual en esta colección, y está encabezada por la significativa precisión «inevitable más bien» («manía» esta de la precisión más que recomendable en un bibliógrafo).

En seis capítulos y un apéndice ofrecerá el autor un completo panorama de la historia de la imprenta. En primer lugar nos hablará de «La técnica impresora»: tipos, composición, imposición, la prensa de imprimir, la tirada, el alzado de los pliegos ya impresos... procesos técnicos que es necesario conocer para acercarnos con alguna seguridad al estudio del libro antiguo. Conceptos como los de «edición» («conjunto de ejemplares de una obra determinada, impresos con una composición única, en los que podían existir ligeras variaciones», p. 31), o «ejemplar ideal», son nuevamente recordados (y toda insistencia nunca será demasiada).

En un extenso segundo capítulo titulado «La llegada de la nueva técnica a España: nombres propios y acontecimientos hasta 1520» se extiende el autor sobre los primeros impresores que trabajaron en la península. «Historia breve y (sobre todo) clara», (p. 45): nosotros eliminamos el paréntesis porque esta historia es, ante todo, clara; y muy precisa en los datos esenciales que aporta, aún sin posibilidad de ser exhaustiva en todos sus puntos. A cada paso se percibe la angustia del autor por no poder ampliar con detalles este panorama general, pero no deja de señalar caminos por los que el lector interesado puede y debe transitar para ahondar en lo que él sólo puede apuntar (tal vez una de las frases más repetidas en este libro sea «Desgraciadamente no puedo entrar en detalles, pero...», como hace en la nota 8, p. 50, para recomendarnos una lectura sin duda edificante).

El recorrido que hace por toda la geografía tipográfica de esta etapa se aleja de algunos tópicos ampliamente difundidos y *desface algunos entuertos* de larga tradición bibliográfica. Esta casi obsesión de Julián Martín Abad por corregir errores históricos que se repiten repertorio tras repertorio es una de sus más destacadas virtudes, de la cual todos nos aprovechamos y hace que sus obras sean siempre de obligada consulta.

En el tercer capítulo – «La singularidad bibliográfica de los incunables y post-incunables» –, vuelve a incidir sobre las características materiales del libro, pero esta vez analizando los problemas específicos de las ediciones de la época tratada. «Como si fuera necesario repetirlo. Creo que es necesario repetirlo», (p. 115). Con estas palabras comienza este análisis con el que justifica el tratamiento específico que la bibliografía concede a estos primeros impresos hasta 1520; sus características, formales y materiales – «la portada, el colofón, la marca tipográfica, la disposición de la caja de escritura, los elementos complementarios (foliación, paginación, titulillo, signaturas tipográficas, reclamos, apostillas marginales, etc.), la fe de erratas, el registro, etc.» (pp. 116-117) – son tratadas con precisión y (sobre todo, una vez más) claridad.

La información de este capítulo es sumamente práctica, ya que no se limita a describir sino que muestra cómo deben interpretarse estas características y la importancia de su conocimiento para una correcta identificación del libro; todo ello ilustrado con ejemplos clarificadores y con los detalles técnicos que el espacio le permite (de nuevo sentimos esa «angustia» por no poder decir todo).

«La producción bibliográfica», capítulo en el que se comenta y analiza, muy brevemente, la producción editorial española en estos años; en este repaso no se olvida de recordar otros aspectos vinculados a esa pro-

ducción, como son los (escasos) datos sobre las tiradas, el mecenazgo y la legislación referente al libro en esta primera etapa.

Damos un salto cronológico para llegar, otra vez, a ese final del siglo XV que empieza a resultarnos familiar: «El control bibliográfico». En este capítulo, y en el siguiente, se traza una pequeña historia de la bibliografía española, historia tan necesaria como olvidada, y que en este caso viene a ocupar el lugar preciso como complemento esencial al análisis técnico y a la historia descriptiva ofrecida en los capítulos anteriores. Ahora vemos cómo esas características que se nos han revelado específicas deben ser interpretadas, analizadas y expresadas en un repertorio.

Detalla el autor las labores previas de identificación que nos permiten singularizar un ejemplar a la hora de realizar un (correcto) repertorio bibliográfico: problemas, errores habituales y análisis presentados siempre desde la seguridad que le otorga su experiencia en estas lides y ese enraizado saber que destila cada una de sus afirmaciones, completadas (por si hubiera dudas) con varios ejemplos ilustrativos.

En una segunda parte del capítulo el autor hace una relación comentada de los tipos de repertorios existentes en el panorama bibliográfico, valorando la tarea de identificación que reflejan, su aportación a la bibliografía y al conocimiento de los incunables y post-incunables, y su utilidad como obra de consulta precisa y fiable.

Este capítulo se puede leer como una guía que nos introduce con paso firme en el laberinto de los repertorios, plagado de caminos que no conducen a parte alguna; un manual de primeros auxilios apto para principiantes y avezados investigadores.

Por fin, una breve mención de las ediciones facsímil y «reproducciones de todo tipo», (p. 218) de algunas impresiones de este período.

El capítulo sexto, «La incunabulística en España» es un repaso pormenorizado de (casi) todos los trabajos que se han ocupado de la producción tipográfica española hasta 1520, con un lamento (y duda) inicial sobre el escaso y tardío interés de nuestros filólogos, historiadores y bibliógrafos hacia esta etapa editorial: «Algo de ello hay, pero no cabe exagerar», (p. 223). Las siguientes 35 páginas las dedica a paliar esa exageración, empezando por Konrad Haebler y terminando por los últimos catálogos con fecha de 2002 realizados al amparo del IBE (Catálogo General de Incunables en Bibliotecas Españolas, 1989-1990).

Este capítulo, junto al anterior, conforma una acertada historia (parcial) de la bibliografía española (limitada, claro está, por la cronología del tema de estudio). La exhaustividad en la descripción y cita de los trabajos pertinentes, completa las menciones más generales, tipológicas, de esos mismos repertorios en el capítulo anterior.

En un apéndice o estado de la cuestión que titula «Los caminos de la crítica», nos regala Julián Martín Abad una puesta al día de las tendencias críticas en el estudio de la historia del libro y sus más actuales trabajos de investigación en este campo, tanto de los que indagan en el carácter social del libro, como los que se centran en su conocimiento como producto tipográfico. Es, además, una relación de proyectos y buenas intenciones bibliográficas (también algunos lamentos por *lo que pudo haber sido y no fue*).

No quisiera terminar esta reseña sin señalar un detalle que, personalmente, me entusiasma, tal vez sin demasiada importancia pero que delata al apasionado lector de libros sobre libros que hay detrás o junto al preciso bibliógrafo, y es el generoso homenaje lector traducido en cita prestada al comienzo de cada capítulo; cita a veces jocosa, a veces sarcástica, poética, categórica, incluso técnica. Por ello lo hemos imitado al inicio de esta reseña.

Ya dijimos al comienzo de estas líneas que esta obra era más que una (que «otra») historia de la imprenta. Algunos asuntos aquí tratados, algunos capítulos, se nutren en gran medida de trabajos anteriores del autor, pero aquí recopilados y adaptados dan forma a una obra unitaria que sólo en unas pocas ocasiones se duele de ese ensamblaje (algunas repeticiones, especialmente en los dos últimos capítulos).

Historia de la imprenta y manual bibliográfico que será de necesaria e inevitable consulta para aclarar dudas que surgen, siempre nuevas, cada vez que abrimos un libro antiguo. Su claridad («sobre todo»), su exactitud, y el amplio horizonte metodológico que contempla, lo convierten en uno de esos libros de cabecera, siempre a ojo y a mano en nuestra biblioteca. Yo ya he tomado nota. (Ya vamos necesitando un espacio mayor para albergar todos esos libros esenciales, a mano, de Julián Martín Abad.)

Ana Martínez Pereira

Diego LÓPEZ, *La gramática de Diego López. Estudio y edición*, estudio, edición y notas por Guadalupe Morcillo Expósito, Cáceres, Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2002, 391 pp.

La última entrega de la colección *Grammatica Humanistica*, dirigida por el profesor Eustaquio Sánchez Salor, nos ofrece una edición con estudio preliminar a cargo de Guadalupe Morcillo Expósito del *Commento en defensa del libro quarto del Arte de Grammatica del Maestro Antonio de Nebrissa* (Salamanca, 1610), del maestro extremeño de latinidad Diego López. Dicha obra, pese a su escasa difusión –disfrutó de tan sólo dos ediciones–, resulta de particular interés para los estudiosos de la historia de la gramática y de la pedagogía del latín, debido al contexto educativo en que se edita y al propósito último del autor. Hemos de subrayar, en primer lugar, que el *Commento* se da a la estampa doce años más tarde que la primera edición reformada, al cuidado del jesuita toledano Juan Luis de la Cerda, de las *Introductiones latinae* de Antonio de Nebrija –intitulada *Institutio grammatica* (Madrid, 1598)–, y nueve más tarde que la segunda versión de la *recognitio*, que salió a la luz con el título de *De institutione grammatica libri quinque* (Madrid, 1601). Las diferencias textuales entre una y otra obedecen a las disputas entabladas, en las postrimerías del siglo XVI y a inicios del XVII –si bien la polémica gramatical venía de largo–, entre el claustro de la Universidad de Salamanca y las autoridades regias a causa de la reforma del *arte* de Antonio de Nebrija; por lo que a la *Institutio grammatica* atañe, la reforma no agradó en absoluto a los docentes salmantinos más innovadores, a la cabeza de los cuales se encontraba Francisco Sánchez de las Brozas. Tal contratiempo, según todos los indicios, obligó al P.<sup>e</sup> La Cerda a introducir un conjunto de anotaciones que matizaban la teoría gramatical presentada en la edición anterior. Como se ha adelantado, la nueva reforma se imprimió con diferente título, y en ella no latía sino una clara reorientación teórica que, ahora sí, satisfizo a los partidarios de la *grammatica sanctiana*. Es, en efecto, en este contexto hispánico de tribulaciones didáctico-gramaticales en el que se debe encuadrar el tratado de Diego López, discípulo, en los estudios salmantinos, del Brocense. No sorprenderá, en consecuencia, la defensa a ultranza que lleva a cabo el preceptista de Valencia de Alcántara de la teoría contenida en la *Minerva seu de causis linguae latinae*, avanzando en el camino iniciado años antes por Juan Luis de la Cerda.

Puede resultar extraño, a primera vista, que la autora se refiera a esta explicación del libro sintáctico de los *De institutione grammatica libri quinque* como «la gramática» de Diego López; sin embargo, no parece que haya título más adecuado, pues Guadalupe Morcillo se vale de dicha expresión en el sentido que le da Francisco Sánchez de las Brozas, para el cual el «objetivo [de la gramática] es la oración lógicamente construida»<sup>1</sup>. En efecto, más que un simple comentario escolar al libro quarto de la gramática del P.<sup>e</sup> La Cerda de entre los muchos que se publicaron durante los siglos XVII y XVIII, el maestro extremeño presenta una sintaxis que ahonda en el planteamiento sanciano sobre la concepción de la lengua –en este caso, la latina–, subyacente en las glosas del jesuita de Toledo. Así lo confirma López: «Este *Commento* se haze sobre las notas del *Arte* [los *De institutione grammatica libri quinque*]» (p. 229). Pero no sólo el gramático de Valencia de Alcántara adopta los fundamentos epistemológicos de la *Minerva*; el *Commento* está profundamente imbuido de los postulados pedagógicos defendidos por el Brocense. Consecuentemente, los preceptos aparecen redactados en castellano, por cuanto «si el latín de los preceptos no sirve para entender el buen latín de los autores ni es provechoso para le imitar escriuiendo ni para otra cosa alguna, en balde se dan los preceptos en latín» (p. 230); al mismo tiempo, se rechaza la pedagogía orientada al desarrollo de la ejercitación oral, ya que «ninguna cosa destruye mas los buenos ingenios de los discipulos que consentir y mandarlos que hablen latín» (p. 234). Pues bien, Guadalupe Morcillo se encarga de analizar con detalle tales planteamientos en el extenso estudio preliminar de 221 páginas, estructurado en tres apartados. En el primero, presenta, tras una breve noticia bio-bibliográfica de Diego López, una síntesis de las corrientes gramaticales y de los autores que las impulsaron durante la Antigüedad, la Edad Media y el Renacimiento, centrándose sobre todo, al tratar de este último período, en la gramática racional, concretamente en Tomás Linacro, Julio César Escalígero y Francisco Sánchez de las Brozas. Acaso se echa en falta en esta primera parte una breve noticia de las gramáticas normativas y, en particular, de los tratados sintácticos que se comenzaron a editar en el último tercio del siglo XVI o en los albores del XVII, como el *De constructione octo partium orationis liber* del jesuita portugués Manuel Álvares –cuya primera edición española ve la luz en Sevilla, el año de 1572– o el *Liber de octo partium orationis constructione* (Medina del Campo, 1600) del segoviano –también jesuita– Bartolomé Bravo. En la segunda parte, se estudia y se comenta la concepción metodológica subyacente en el *Commento*, ya en el plano de las directrices pedagógicas –que, como se ha visto, siguen muy de cerca los postulados de Francisco Sánchez de las Brozas–, ya en el plano de la estructuración de la obra. Por lo que

1. Francisco SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, *Minerva o de causis linguae latinae*. Introducción y edición de Eustaquio Sánchez Salor (libros I, III y IV) y de César Chaparro Gómez (libro II), Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura/Institución Cultural “El Brocense”, 1995, 47.

se refiere a la división del comentario, la autora establece dos niveles de descripción: uno global, que afecta a la generalidad del *Commento* y que tiene como propósito dar a conocer en qué medida «el discípulo sanciano va a conjugar la estructura capitular y doctrinal de su maestro con la del *Arte reformado* de Nebrija» (p. 66). Para ello, Guadalupe Morcillo presenta un esclarecedor cuadro con los capítulos del *Commento* y sus correspondencias, en cuanto al contenido, con los de la *Minerva* y los del *Arte* del P.<sup>c</sup> La Cerda (pp. 69-70), en el que pone de manifiesto la profunda impronta del Brocense sobre la concepción teórico-metodológica de Diego López. Tal es, en el fondo, la tesis que defiende la autora; a saber, que, bajo el pretexto de explicar el *Antonio reformado*, lo que está haciendo el preceptista de Valencia de Alcántara es divulgar en romance la doctrina de su maestro. En efecto, Guadalupe Morcillo confirma tal presupuesto en el apartado dedicado a describir y comentar la estructura de cada uno de los capítulos del *Commento*, resaltando las referencias al *Arte* de Juan Luis de la Cerda y a la *Minerva*, de las que el preceptista extremeño se sirve para fundamentar su explicación; los resultados se sintetizan de nuevo en una tabla comparativa (pp. 79-81). La huella sanciana se detecta incluso en la crítica de López a Lorenzo Valla, que, como bien advierte la autora, aflora únicamente a propósito de aquellas cuestiones también censuradas por el Brocense (p. 90). Por lo demás, la impronta de la *Minerva* culmina en la mera traducción, en el *Commento*, de pasajes de la *Minerva* (p. 91). Tal circunstancia también se muestra en las autoridades con las que López fundamenta su tratado, por lo general tomadas de la *Minerva*; es el caso, por ejemplo, de las citas de las Sagradas Escrituras (pp. 94-95).

La tercera parte del estudio introductorio se dedica por entero a presentar un análisis pormenorizado de la doctrina del *Commento* en contraste con sus fuentes principales; esto es, con la *Minerva* y con los *De institutione grammatica libri quinque*. La autora en ningún momento hace referencia a las dos versiones de la reforma del P.<sup>c</sup> La Cerda, si bien en ciertos pasajes indica con acierto las claras divergencias doctrinales entre los preceptos y las anotaciones de los *De institutione grammatica libri quinque*, por ejemplo, en el desarrollo de la elipsis como mecanismo lingüístico para explicar la cuestión del género epiceno (p. 112, n.ª 325). Sea como fuere, la extensa exposición contrastiva que, como es obvio, abarca la sintaxis nominal y la sintaxis verbal –y dentro de ésta los fenómenos de concordancia y de régimen– certifica de qué clase es la deuda del maestro López con los postulados de Sánchez de las Brozas; ello se muestra sobre todo en el desarrollo de la teoría de la elipsis, tal como Guadalupe Morcillo hace notar a lo largo de dicho capítulo. Particularmente interesante resulta, a nuestro juicio, el recurso a las construcciones sintácticas del vernáculo para confirmar la elipsis de ciertos elementos en las estructuras latinas, como en los ablativos de lugar: «En *Sum Athenis, Burgis, Brocis, Mycenis* falta *in*, pues su romance es ‘estoy en Athenas, en Burgos, en Broças, en Mycenas’ (p. 292). De tal procedimiento da cuenta la autora, advirtiendo de que «en no pocas ocasiones, el discípulo sanciano ha comparado la lengua latina con la castellana, demostrando su similitud y las exigencias, por parte de ambas, de una preposición» (p. 148). Pese a que la utilización del romance en la Artes gramaticales latinas no es ni mucho menos novedosa –pues no escasean, a lo largo del siglo XVI, los tratados latinos que se sirven de este procedimiento<sup>2</sup>; claros ejemplos son las últimas ediciones de la *Grammaticae artis integra institutio* del catedrático primario Francisco Martins<sup>3</sup>–, sí nos parece de especial relevancia el uso del romance para confirmar los postulados filosóficos del Brocense, tal como pocos años más tarde, en Portugal, hará Amaro de Roboredo en su *Methodo grammatical para todas as linguas*<sup>4</sup>... ¿Mera casualidad? No aventuraremos la posible influencia, en este punto, de Diego López sobre Amaro de Roboredo –quien, parece ser, cursó estudios, como el primero, en la Universidad de Salamanca<sup>5</sup>–,

2. Cf. la reciente exposición que ha llevado a cabo sobre el tema Miguel Ángel ESPARZA TORRES, «Ecos del método *proverbiandi* en la tradición gramaticográfica española del Siglo de Oro», en Romeral. *Estudios filológicos en homenaje a José Antonio Fernández Romero*, Inmaculada Báez y M<sup>a</sup> Rosa Pérez [eds.], Vigo, Servicio de Publicacions da Universidade de Vigo, 2002, 98-102.

3. Cf. nuestro artículo «*In grammaticos*: en torno a las ideas lingüísticas de Francisco Martins († 1596)», publicado en el presente volumen.

4. Así ocurre al explicar la elipsis de las preposiciones que rigen ablativo: «Entre as Preposições, que regem Ablativo, ha estas mui repetidas na prattica Portuguesa, na qual sempre se declara *com*, antes do instrumento; & na latina quasi sempre se cala: como ‘Screvo com a pena’; *Scribo calamo*» (Amaro de ROBOREDO, *Methodo grammatical para todas as linguas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, 51 [Lisboa, Pedro Kraesbeeck, 1619]). A este respecto, cf. la exposición sobre el ablativo en el *Commento*: «El maestro Sanchez (...) dize que el ablatiuo siempre se rige de preposicion expressa o que se aya de entender. Y dize muy bien. Y prueuase con nuestro castellano, porque en ninguna manera podemos hablar por ablatiuo sin preposicion ‘por’, ‘con’, ‘de’, ‘en’, una de las cuales se ha de entender en el latin, quando faltare» (Diego LÓPEZ, *La gramática de Diego López. Estudio y edición*, estudio, edición y notas por Guadalupe Morcillo Expósito, Cáceres, Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2002, 285).

5. Cf. Gonçalo FERNANDES, *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas*, Vila Real, Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro, 2002, 87-92. Tesis doctoral inédita.

por cuanto no disponemos de datos concluyentes sobre la difusión del *Commento* en tierras lusas. Es menester señalar, en todo caso, que, partiendo de una fuente doctrinal común, ambos gramáticos se valen del romance para confirmar la teoría sanctiana de la elipsis, si bien el maestro extremeño es pionero en el análisis contrastivo con el fin de determinar la manifestación de la elipsis en las diferentes lenguas.

Por lo que se refiere a la edición crítica llevada a cabo por Guadalupe Morcillo, hemos de resaltar el rigor con el que ha procedido a establecer el texto a partir de las dos ediciones conocidas del *Commento* (Salamanca, 1610; Madrid, 1652), al cual ha añadido un indispensable aparato de fuentes. Echamos en falta, en cualquier caso, las anotaciones al texto sobre aspectos del contenido, tal como se anuncia en la portada y en páginas interiores, si bien aquéllas se suplen de forma más que adecuada –ya lo hemos adelantado antes– en el estudio preliminar. Por todo ello, creemos que la *La gramática de Diego López* aporta un documento de extraordinario interés para conocer y entender con mayor profundidad la enseñanza de la lengua latina y la difusión de la teoría racionalista en la Península Ibérica en los albores del siglo XVII.

Rogelio Ponce de León Romeo

Amaro de ROBOREDO, *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (edição de Marina A. Kossarik; Col. *Filologia portuguesa*), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, 63, [283] pp.

No resulta infrecuente, entre los estudiosos de la Historiografía lingüística, proclamar a ciertos gramáticos como los continuadores, durante la primera mitad del siglo XVII, de la labor iniciada por Francisco Sánchez de las Brozas en lo que se refiere a la aplicación de la gramática filosófica a la enseñanza de la lengua latina, señalándose en no pocas ocasiones la *Grammatica philosophica* (Milán, 1628) de Gaspar Scioppius y el *Aristarchus sive de arte grammatica libri septem* (Amsterdam, 1635) de Gerardus Joannes Vossius como los primeros tratados que materializan las ideas sanctianas en el campo de la pedagogía del latín. Con frecuencia, en efecto, se olvidan de uno de los primeros y más importantes introductores de las ideas lingüísticas del Brocense no sólo en el campo de la enseñanza de la gramática latina, sino en el de la didáctica de las lenguas extranjeras; nos referimos al portugués Amaro de Roboredo, prolífico autor de obras de contenido lingüístico, tanto gramatical como lexicográfico<sup>1</sup>. Conviene precisar, con todo, que a lo largo de los últimos quince años, por lo que se refiere a los planteamientos gramaticales y metodológicos, las obras de Roboredo han sido objeto de contadas pero valiosas contribuciones a cargo de distinguidos romanistas, entre los que destacan Barbara Schäffer-Priess<sup>2</sup>, Carlos Assunção<sup>3</sup> y Marina Kossarik<sup>4</sup>. Muy recientemente, los estudios sobre la obra lingüística del gramático portugués se han visto enriquecidos con la importante aportación de la tesis doctoral de Gonçalo Fernandes<sup>5</sup>. La edición facsímil del *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619) con estudio preliminar de Marina Kossarik que ahora nos ocupa viene a corroborar el merecido lugar que Amaro de Roboredo debe ocupar en la Historia de la gramática.

El *Methodo Grammatical para todas as Linguas* trasciende, como se ha adelantado, la pura aplicación de las tesis sanctianas a la instrucción de las letras latinas, en la medida en que se extienden tales presupuestos a la enseñanza de las lenguas, ejemplificándose, como sería de esperar, en la portuguesa y en la latina; por otro lado, la obra lingüística de Roboredo constituye, en el contexto de la gramática europea, el nexo entre la gramática racional del siglo XVI y la corriente experimentalista vigente en el XVII, circunstancia ésta que tampoco ha sido, por regla general, valorada en su justa medida. No resultará, a este respecto, extraño que

1. Una exhaustiva bibliografía de las obras lingüísticas y religiosas de Amaro de Roboredo aparece en Gonçalo FERNANDES, *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas*, Vila Real, Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro, 2002, 591-593. Tesis doctoral inédita.

2. «Amaro de Roboredo's *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619)», en *Zur Wissenschaftsgeschichte der deutschsprachigen Lusitanistik. Akten des 1. gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik (Berlin, 20. – 23. September 1990)*; *lusitanistischer Teil, Bd. 1*, Luciano Caetano da Rosa, Axel Schönberger y Michael Scotti-Rosin (eds.), (*Beihfte zu Lusorama, 2. Reihe, 3. Band / Suplementos de Lusorama, 2ª Série, Tomo III*), Frankfurt am Main, TFM / Domus Editoria Europaea, 1990, 55-74.

3. *Gramática e gramatologia*, Braga, APPACDM Distrital, 1997, 198-201, 205-219.

4. «A doutrina linguística de Amaro de Roboredo», en *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Ivo Castro (ed.), Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1997, v. II, 429-443.

5. Cf. *supra* n.º 1.

ciertos estudiosos<sup>6</sup> sólo dediquen unas escuetas líneas a los planteamientos del gramático de Algozo –y sólo a propósito de su *Porta de linguas* (Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1623)–, al tiempo que le reservan a Jan Amos Comenius un espacio considerablemente mayor<sup>7</sup>. Pues bien, el *Methodo Grammatical* se adelanta doce años a la *Ianua linguarum reserata sive seminarium linguarum et scientiarum omnium* (Leszna, 1631) de Comenius y casi treinta a la *Linguarum methodus novissima* (Leszna, 1648) del mismo autor, obra ésta publicada años más tarde en su *Didactica magna* (Amsterdam, 1657), cuyos postulados metodológicos para la enseñanza de las lenguas «são impressionantemente similares à perspectiva de Roboredo para o ensino do latim»<sup>8</sup>. Y es que el *Methodo Grammatical* se caracteriza principalmente por adoptar un planteamiento integrador en el que se conjugan magistralmente los fundamentos teóricos, imbuidos de la gramática sanctiana, y los presupuestos metodológicos sensualistas vigentes en los tratados lingüísticos seiscientistas más innovadores, constituyéndose, en consecuencia, la ejercitación en elemento esencial del método. Por tal razón, no sorprende que en el *Methodo grammatical*, de las tres partes –*Grammatica*, *Copia* y *Frase*– en las que se estructura, la primera corresponda a los principios lingüísticos ejemplificados en las lenguas portuguesa y latina (pp. 1-78); no extraña tampoco este orden, por cuanto el portugués no es sólo –junto con el latín– el objeto de la descripción gramatical, sino la metalengua, y tanto la explicación como los ejemplos y paradigmas del vernáculo preceden a los correspondientes de la lengua del Lacio. Por su parte, la *Copia de palavras* –ejemplificada esta vez exclusivamente en la lengua latina– (pp. 79-181) no es sino la incorporación de la *Ianua linguarum* –obra destinada al aprendizaje, a través de la memorización de 1141 sentencias, de los vocablos latinos de mayor uso y publicada en Salamanca el año de 1611 (*Apud Franciscum de Cea Tesà*) por los padres jesuitas irlandeses radicados en dicha ciudad–, si bien con ciertas alteraciones, como la agregación de una extensa advertencia preliminar (pp. 79-83) y la omisión del preámbulo, de la traducción al español y del glosario de la *editio princeps*. Se propone, en definitiva, la *Copia de palavras* como un instrumento eficaz para la asimilación del léxico latino más usual y como medio necesario para la comprensión de las obras literarias en la lengua del Lacio, recurso éste que Roboredo parece haber puesto en práctica con éxito, tal como afirma en la introducción a la segunda parte del *Methodo grammatical*: «Experimentei, que o discípulo, que souber estas sentenças com destreza, entenderá qualquer livro Latino de conceito claro, & muito melhor sabendo derivar, & compor» (pp. 79-80). Por su parte, la *Frase* (pp. 182-230) se resume en la materialización, en cada una de las lenguas –si bien, en este caso, queda ejemplificada en la lengua latina, pero siempre valiéndose del contraste con el portugués–, de los niveles de descripción lingüística abordados en la primera parte, haciendo hincapié, como pone acertadamente de manifiesto Marina Kossarik en la introducción (p. 48), en la sintaxis –que abarca tanto la *constructio iusta* como la *figurata*, centrándose, como no podía ser de otra manera, en la elipsis– y en la semántica. La *Frase* supone, pues, la culminación, en un sentido metodológico, de las dos partes anteriores. Rematan el *Methodo grammatical* los capítulos que habitualmente figuran en los libros de las Artes gramaticales dedicados a la prosodia (pp. 241-231) y sendas listas (*mostradores*) de adjetivos y verbos latinos con el correspondiente régimen gramatical; para cada forma, cuando es necesario, se señalan las diferentes posibilidades de regencia. Ello no supone atisbo de incoherencia alguno con los postulados logicistas de Roboredo, pues, en el caso de los adjetivos, se encarga de subrayar que éstos «per figura admittem casos» (f. Hhv.<sup>o</sup>); por lo que atañe a los verbos, el gramático de Algozo indica con claridad que se refiere a los «verbos com o uso dos casos, que vam nas sentenças da terceira parte deste methodo» (f. ¶2v.<sup>o</sup>). La mención del uso y de que trata de aquellos verbos incluidos en los microtextos de la *Frase* (pp. 207-227) nos muestra diáfananamente que se refiere al nivel de materialización de la gramática –o, mejor, de la sintaxis– o, por así decir, a la «estructura superficial» de la lengua latina.

Por lo que al estudio preliminar de Marina Kossarik se refiere, detectamos cierta descompensación en el tratamiento de los temas, por cuanto, tras una breve noticia biográfica de Roboredo con la presentación de sus obras lingüísticas y un breve comentario de ellas (pp. 9-15), la autora dedica casi la mitad de la introducción a trazar un bosquejo de los aspectos más característicos de la producción gramaticográfica y lingüística mayoritariamente del siglo XVI –pese a intitularse esta parte *A linguística portuguesa no primeiro*

6. Cf. George Arthur PADLEY, *Grammatical Theory in Western Europe, 1500-1700. Trends in Vernacular Grammar I*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, 340 n.<sup>a</sup> 66; Aquilino SÁNCHEZ PÉREZ, *Historia de la enseñanza del español como lengua extranjera*, Madrid, Sociedad General Española de Librería, 1992, 129. Este último autor, años más tarde, de nuevo se refiere a la *Porta de linguas* pero sin citar siquiera a Roboredo (cf. *Los métodos en la enseñanza de idiomas. Evolución histórica y análisis didáctico*, Madrid, Sociedad General Española de Librería, 2000<sup>2</sup>, 63).

7. Cf. George Arthur PADLEY, *Grammatical Theory*, 336-349; Aquilino SÁNCHEZ PÉREZ, *Historia de*, 136-139; *id.*, *Los métodos*, 67-71.

8. Gonçalo FERNANDES, *Amaro de Roboredo*, 71.

*quartel do século XVII* (pp. 15-40), al tiempo que la doctrina gramatical de Roboredo se expone en unas escuetas trece páginas (pp. 46-59). Así y todo, Marina Kossarik sintetiza de forma adecuada los principales rasgos de la doctrina del gramático de Algosó, tanto en su vertiente lingüística como en la didáctica, para lo cual se vale oportunamente no sólo de pasajes del *Methodo Grammatical*, sino también de otros incluidos en la *Grammatica latina* (Lisboa, António Álvares, 1625), la *Porta de linguas* (Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1623) y las *Raizes da lingua latina* (Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1621). Llama la atención, sin embargo, que, no obstante señalar en numerosas ocasiones la profunda impronta de la gramática sanctiana en el *Methodo Grammatical* (pp. 41, 44, 46, 48, 51, 53), en ningún momento contrasta el texto roborediano con los pasajes de la *Minerva seu de causis linguae latinae* (Salamanca, 1587) o de las *Verae brevesque grammatices Latinae institutiones* (Lyon, 1562) que sirvieron de fuente inspiradora. Tan sólo cita una vez el texto de la *Minerva* (p. 29, n.º 44) a propósito, con todo, del deslinde propuesto en la *Grammatica da linguagem portuguesa* (Lisboa, 1536) de Fernão de Oliveira entre «a descrição da formação de palavras e da morfologia das partes do discurso» (p. 29), observando, en la nota citada, que «a mesma tendência se revelaria na gramática de Sanchez»; el mismo pasaje se cita al señalar la manifestación del criterio diferenciador mencionado en las *Raizes da lingua latina* (p. 54, n.º 87). Sea como fuere, nos parece que el estudio ofrece de forma adecuada un panorama de la incipiente lingüística portuguesa de los siglos XVI y XVII –poco conocida, desgraciadamente, en otras tierras peninsulares–, poniendo en contexto una obra que sólo disfrutó de una edición, pero cuya influencia se dejó sentir, al menos en Portugal, ya durante el siglo en que salió a la luz<sup>9</sup>.

Rogelio Ponce de León Romeo

Carlos SÁEZ, Antonio CASTILLO GÓMEZ (eds.), *La Correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de la escritura epistolar* (Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita, vol. D), Madrid, Calambur, 2002 (Biblioteca Litterae, 3), 604 pp.

Dando regular continuidade a uma série de actas de congressos realizados na Universidade de Alcalá de Henares, no quadro de uma multiplicidade de iniciativas científicas inovadoras, este volume dirigido por Carlos Sáez e Antonio Castillo Gómez – correspondente à secção do congresso dirigida por Antonio Castillo – é um marco importante tanto no âmbito dos estudos de história da cultura escrita quanto das trajetórias de modelos e práticas da escrita epistolar deste a Antiguidade até à Época Contemporânea.

Partindo do reconhecimento da necessidade de uma maior atenção à actividade manuscrita ao longo dos séculos (incluindo os do auge da imprensa), que vá além dos tradicionais domínios da actividade oficial e administrativa e se aproxime dos usos quotidianos e pessoais da escrita, a complementaridade dos diferentes estudos aqui apresentados permite, em grande parte dos casos, focalizações e perspectivas inovadoras sobre o papel da escrita na construção de todo o processo histórico.

Aliás, a sua ordenação cronológica, por um lado, e a multiplicidade tipológica de cartas, da filosófica à de uso quotidiano, por outro, permitem realçá-lo de um modo claro, mesmo tendo em conta, como bem lembra Antonio Castillo Gómez, que «uno de los rasgos más sobresalientes de las mismas [cartas] reside en la substancial homogeneidad de su estructura» (p. 14). Uma homogeneidade de estrutura que se altera substancialmente quando se desce ao estudo dos diferentes tipos de carta, quando estas se analisam tendo em conta o contexto da sua produção, o enquadramento social e cultural de quem a escreve (ou de quem as 'dita'), o conhecimento mais ou menos aprofundado da língua, as razões ou os objectivos da sua redacção e o(s) destinatário(s) da(s) mesma(s)...

A consideração da diversidade e conseqüente riqueza dos usos epistolográficos permitiu ao responsáveis do colóquio que precedeu a publicação deste volume realçar o seu contributo para «la sociología de la comunicación escrita, en general, y de la epistolar, en particular, en una perspectiva histórica; pero también a los problemas metodológicos que afectan a este campo de investigación y a la pluralidad de las fuentes que se pueden manejar» (p. 16).

O volume está organizado em três partes: I – Épocas Antiga e Medieval; II – Idade Moderna; III – Idade Contemporânea.

9. Cf. Rogelio PONCE DE LEÓN, «El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De institutione grammatica libri tres* en Portugal durante el siglo XVII», *Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas»*, XVIII, 2001, 317-338. Somos más cautos por lo que se refiere a la huella de las ideas roboredianas en gramáticos posteriores foráneos o en corrientes modernas de lingüística.

A primeira parte inclui cinco estudos que abarcam períodos e culturas variadas, incidindo sobre diversos textos que vão desde o intercâmbio epistolar em textos proféticos da Mesopotâmia (de Francisco Gomes Carmelo) até à análise (algo simplificada) de três tratados medievais incluídos no manuscrito português do «Castillo Peligroso» (de Rita Queiroz), passando pela interessante abordagem da Carta sétima de Platão (por Carlos Megnino Rodríguez), pela problematização das motivações e objectivos da Carta de Aristeas (por Marta Alesso) e pelo sugestivo estudo sobre a correspondência integrada em processos judiciais do século XIV na Catalunha, que revela facetas interessantes dos conflitos matrimoniais, das relações de “género” e, mais concretamente, da situação feminina na época (por Núria Jornet i Benito).

A segunda parte é composta por um interessante conjunto de estudos relativos às práticas e usos da correspondência na Época Moderna. Abre com um estudo fundamental – tanto pela visão de síntese quanto pela pertinência da valorização de algumas particularidades – de Antonio Castillo Gómez, intitulado «Del tratado a la práctica. La escritura epistolar en los siglos XVI y XVII» (pp. 79-107). Lembrando as circunstâncias históricas e culturais que potenciaram a produção e extensão social da correspondência escrita na Época Moderna, este artigo de Antonio Castillo realça a importância do estudo das circunstâncias e a «ceremonia que envuelve el cotidiano de las cartas» (p. 81), tendo em conta que, na maior parte dos casos, elas resultaram de uma real necessidade de comunicação, tanto por razões pessoais como familiares, políticas, religiosas ou outras. Passando em revista a produção e edição de manuais epistolares ao longo dos séculos XVI e XVII e acentuando a sua importância para a «constitución y expansión de la llamada civilización cortesana» (p. 89), pretende também revalorizar a produção epistolográfica da «gente comum» (nomeadamente das mulheres), uma vez que «las cartas ordinarias representan también un discurso donde el individuo configura su identidad y la proyecta a los demás a través de la escrita en el momento de su lectura» (p. 106-7).

Todos os outros estudos, pela sua complementaridade, merecem uma referência especial. O artigo de Susana Cabezas Fontanilla sobre «La correspondencia en la historia de la Inquisición: génesis documental e importancia social» (pp. 109-119) realça o interesse do estudo das cartas pessoais dos membros da Inquisição que se conservam nos fundos inquisitoriais, uma vez que elas permitem compreender diversos aspectos que se prendem não só com as relações pessoais entre os seus membros, mas também com os seus «vínculos sociales y profesionales que conforman el sistema de patronazgo común en esta época» (p. 110), bem como com a organização e eficácia do «gobierno y administración de una organización de la Edad Moderna tan amplia y compleja burocráticamente como la Inquisición» (p. 119).

Pedro L. Lorenzo Cadarso debruça-se sobre o crescendo, a partir do Renascimento, de «La correspondencia administrativa en el estado absoluto (s. XVI-XVII)», mostrando as suas distintas formas e a tendência crescente para a formalização dos modelos epistolográficos da correspondência oficial. Por sua vez, Juan Carlos Galende Díaz estuda alguns aspectos de «La correspondencia diplomática», mais concretamente a «criptografía hispánica durante la Edad Moderna» (pp. 145-156). Carmen Espejo Cala realça «El origen epistolar de las relaciones de sucesos de la Edad Moderna» (pp. 157-167), defendendo que a construção retórica epistolar terá contribuído fortemente para o sucesso «popular» de muitas das relações de sucessos. O interessante estudo de Diego Navarro Bonilla incide sobre a importância cultural (e até política) que, durante a Época Moderna (e não só), assumiu o «Buscar libros en la distancia: la correspondencia bibliográfica en Aragón durante los siglos XVI y XVII» (pp. 169-186), mostrando o esforço de controlo ideológico através da valorização ou desvalorização (que podia significar erradicação) de muitos livros, por via da «vigilancia bibliográfica» que a correspondência oficial empreendeu ou deixou entrever.

O importante epistolário de don Iñigo López de Mendoza, II Conde de Tendilla e I Marquês de Mondéjar, foi objecto de tratamento em dois estudos diferentes mas complementares. O primeiro, de Juan M. Martín García, pretendeu lembrar o lugar que mantém «La literatura epistolar como fuente de documentación» (pp. 187-203) e, mais concretamente, a importância deste epistolário, referente ao período compreendido entre 1504 e 1515, para o conhecimento não só de aspectos relevantes da sua vida, personalidade e interesses estéticos e culturais, mas também dos acontecimentos políticos e fenómenos culturais da época. O segundo, da autoria de M<sup>a</sup> Amparo Moreno Trujillo e intitulado «Registro oficial, registro personal: la dualidad de la correspondencia del Conde de Tendilla» (pp. 205-230), é um estudo mais preciso, muito apoiado no percorrer da assinalável quantidade de cartas conservadas em quatro grandes volumes em formato folio de manuscritos originais, alguns dos quais já editados e outros em via de publicação. Privilegiando o grupo das cartas «personales», ordena-as em «tres tipos» (de que dá alguns exemplos), sendo o primeiro constituído pelas que «el conde escribe de forma más aséptica» (p.214), o segundo pelas «destinadas a personajes de relevancia de su absoluta confianza» (p. 216) e o terceiro pelas que dirigiu a Francisco Ortiz, «su secretario en la corte, sus ojos y sus oídos, y (...) su boca delante del rey y de los secretarios» (p. 220).

Os usos epistolares da nobreza galega nos inícios do século XVI são abordados através do estudo de caso (incluindo a correspondência) de D. Pedro Álvarez de Sotomayor por M<sup>a</sup> del Pilar Rodríguez Suárez e Mercedes Vázquez Bertomeu (pp.231-245). Segue-se o estudo de M<sup>a</sup> Josefa Navarro Gala sobre «La eficacia de la retórica ornamental en la carta de amores: la carta de Felides», que a autora enquadra tanto na tradição literária da carta de amores quanto na sua imitação pelos enamorados da época (pp.247-259). O estudo de Agueda Bittencourt Uhle sobre a correspondência de Teresa de Ávila não evita generalidades e diversos anacronismos, apesar da pertinência de alguns dos pressupostos de análise.

Merece ainda uma referência especial o estudo de Manuel Salamanca López sobre «La “forma accidental” en el *Arte de cartas misivas* de Emanuele Tesauro», obra de grande importância e influência desde a sua primeira edição em 1669, aqui analisada tanto na sua especificidade quanto nas suas relações com a produção retórica de Tesauro no seu *Cannocchiale aristotelico*.

Esta segunda parte encerra com o artigo de Ana Samper Cortés sobre «La correspondencia privada entre María Teresa de Austria y Carlos III de España», no qual tenta mostrar o papel que desempenhou esta relação epistolar na política dos anos sessenta e setenta de setecentos.

A terceira parte desta vasta obra é dedicada à Idade Contemporânea e, compreensivelmente, ocupa cerca de metade do volume. A diversidade de abordagens e de objectos de estudo é, em consequência, maior, abrangendo espaços, temas e aspectos que vão desde a diversificada correspondência guardada no arquivo do hospício Cabañas em Guadalajara, que mostra como as cartas foram um instrumento essencial de comunicação no (e com o) Novo Mundo (por M<sup>a</sup> Pilar Gutiérrez Lorenzo, pp. 305-327), até à «Filatelia, fuente de la Historia» (por Antonio Linaje Conde, pp. 587-601).

Um dos aspectos que importa salientar de imediato é a diversidade de espaços nacionais e regionais aqui considerados: desde o Brasil – através dos estudos de M<sup>a</sup> Helena Camara Bastos, «De padre a hija: cartas sobre la educación de Cora (1849)», de Vânia Gico, «Câmara Cascudo: um Hermes universal no Nordeste brasileiro», pp. 419-435), de Jane Fadel Gracioso, «O nascimento da literatura infantil brasileira na correspondência entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel», pp. 437-446), de Giselle Martins Venâncio, «Presentes de papel: cultura escrita y sociabilidad en la correspondencia de Oliveira Vianna», pp. 447-468), de Marilda Ionta, «Cartas de pijama: relações de género na amizade e na escrita epistolar de Mário de Andrade e Anita Malfatti», pp. 505-517) e de Ana C. Venancio Mignot, sobre «Artesanos de la palabra: cartas a un prisionero político que tejen redes de ideas y de afectos» (pp. 519-537) – até às Filipinas (através do estudo da correspondência de um médico, Don Eduardo Homar Lapuente, por Jordi Indiano, pp. 381-391), passando pelos Estados Unidos (através de parte da correspondência de Margarida Bonmatí, mulher de Pedro Salinas, estudada por Elisa Ruiz García em «Cartas de una mujer (1924-1952)», pp. 539-551), pela cidade de Arles em França onde viveu Van Gogh (no artigo de Nivaldete Ferreira da Costa, «Van Gogh: también un pintor de cartas», pp. 361-367), por Itália (no estudo de Fabio Caffarena, «La grande guerra delle parole: epistolografia e scrittura popolare», pp. 469-485) e, mais concretamente, por Génova (no estudo de Augusta Molinari, «Le lettere al “Padrone”. Pratica della scrittura e culture operaie a Genova nel primo Novecento», pp. 487-503), por Roma e Cádiz (através da correspondência do pintor Salvador Viniegra, estudada por Fernando Pérez Mulet, pp. 369-380), por diversas regiões e cidades de Espanha: pela cidade tarraconense de Valls (no artigo de Daniel Piñol Alabart, «La correspondencia de la familia Moragas (Valls, s.XIX)», pp. 349-359), pela região cantábrica, mais concretamente, a vila de Escalante (no artigo de Carmen Rubalcaba Pérez, «La inaccesible distinción: la imagen de la escritura epistolar en las clases populares», pp. 393-418), por Murcia (no estudo de Laura Fortea Manzanares e Verónica Sierra Blas, «La memoria de lo cotidiano. Correspondencia de un estudiante (1956-1957)», pp. 553-573) e, finalmente, pela província de Zamora (em «De la necesidad de la escritura a la escritura de la necesidad. Cartas en el archivo de la escritura popular del Bejo Duero» de José I. Monteagudo Robledo, pp. 575-585).

No diversificado conjunto de estudos desta segunda parte ocupam um lugar importante (mais do que na primeira e segunda partes) os usos epistolográficos das classes populares, sobretudo nos já citados trabalhos de Carmen Rubalcaba Pérez, de Fabio Caffarena, de Augusta Molinari e de José Monteagudo Robledo, bem como as cartas escritas por, ou dedicadas a, mulheres. De um modo geral, estes estudos revelam ou realçam, por um lado, dimensões tradicionalmente desvalorizadas pela historiografia e, por outro, sugerem ou abrem pistas extremamente interessantes que urge aprofundar e revalorizar em todas as suas dimensões.

A quantidade e o carácter multifacetado dos estudos desta terceira parte tem como consequência quase inevitável uma qualidade científica variável dos artigos que só estudos posteriores poderão julgar devidamente. Mas, no seu conjunto, mostram as imensas potencialidades do estudo do género e dos usos epistolográficos ao longo dos séculos.

Vítor Amaral de OLIVEIRA, *Sebástica. Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 2002, 766 pp.

Em termos de Cultura Portuguesa, a obra que aqui recenseamos constitui um marco que é justíssimo assinalar.

Como oportunamente lembra o autor (*Introdução*, p. XVII), já o Cavaleiro de Oliveira («fervoroso sebastianista» até aos vinte anos, e depois, em nome do «exame» e da razão, adversário sem quartel dos sebastianistas) salientara que se poderia «compôr uma biblioteca» com tudo o que existia escrito em matéria sebástica, não falando nos «variados e ponderosos manuscritos» que andavam de mão em mão («A propósito do Rei Artur de Inglaterra e do Rei D. Sebastião de Portugal», *Recreação Periódica*, Prefácio e tradução de Aquilino Ribeiro, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922, Vol. II, p. 37), de certo modo assim sugerindo, em meados do Século XVIII, «a utilidade prática» de se compilarem as espécies bibliográficas neste âmbito temático então disponíveis. Pois apesar de algumas «curtas listagens» anteriores, devidamente anotadas, não apenas se continuava a impôr, nos nossos dias, uma bibliografia geral sobre a figura histórica e mítica de D. Sebastião e seu impacto na nossa vida colectiva ao longo do tempo, da tenaz e "religiosa" crença de antanho à passagem do mito para os domínios simbólico, literário e culturoológico, nos séculos XIX e XX, como, simultaneamente, se sentia a urgência de fazer perceptíveis enquadramentos e repercussões europeias (começando pelas ibéricas) desta manifestação do «génio natural» da «alma lusitana», tão valorizada na historiografia de Oliveira Martins... Ora a obra em apreço consagra precisamente esses dois desideratos.

Não valerá a pena enfatizar a valia – impondo-se por si mesma – deste grosso e bem apresentado volume que se veio integrar na colecção «Catálogos e Bibliografias» da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, lançada pelo Professor Luís de Albuquerque e continuada pelo seu actual Director, Professor Doutor Aníbal Pinto de Castro. Os estudos de Cultura Portuguesa carecem, reconhecidamente, de se poder apoiar no serviço humilde – mas fundamental – prestado por trabalhos bibliográficos especializados deste género.

Efectivamente, não seria normal vermos gorada a expectativa despertada por um livro que é «o feliz ponto de chegada» da tese de doutoramento de Vítor Amaral Dias, intitulada "*Sebástica*" – *Bibliographie commentée sur D. Sébastien roi du Portugal (1554-1578)*, e defendida na Universidade Paul-Valéry de Montpellier no já distante Dezembro de 1988, sob orientação do Prof. Adrien Roig, prestigiado benemérito da cultura portuguesa, que agora encontra ensejo de, em oportuno e afectuoso Prefácio, evocar o trajecto e méritos da investigação do autor, particularmente a «paciência», «método», «minúcia» e «paixão» da sua pesquisa, a par da «honestidade intelectual» e «sensibilidade literária e estética» demonstradas (p. XII).

Vendo na presente obra «uma cabal demonstração da excelente preparação cultural do Autor, também as autorizadíssimas palavras «de congratulação» do Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, que antecedem o Prefácio, não deixam margem para dúvidas quanto à sua enorme valia, considerando-a «um instrumento de trabalho doravante indispensável na estante de quantos se consagram, não apenas ao estudo desse mito essencial da alma portuguesa e da figura real que lhe deu origem, num dos mais angustiosos períodos da nossa história, mas também dos aspectos fundamentais e das linhas dominantes que nos últimos quatro séculos e meio melhor definiram a *forma mentis* dos Portugueses, dos seus comportamentos políticos ao exercício da sua capacidade criativa nos múltiplos campos em que ela se revelou».

De facto, enriquecendo esta obra, desde o momento da sua apresentação e avaliação académica, até à presente edição, Vítor Amaral de Oliveira, lembrando-se, com o erudito Abade de Sever, que este tipo de trabalhos sempre vai pedindo «novos suplementos», humildemente apresenta a *Sebástica* como «contributo para o estabelecimento de um acervo bibliográfico completo» (*Introdução*, pp. XVII e XIX), razão certamente pela qual logrou passar das 2.740 «entradas» de 1988 às actuais 3.780, com elas brindando a comunidade científica com a mais exaustiva e actualizada informação bibliográfica sobre D. Sebastião e o sebastianismo alguma vez realizada, capaz de atestar o alcance, impacto e pervivência destes temas, quer dentro quer fora das fronteiras de Portugal.

Como mero exemplo de aleatórias sondagens feitas, mas confirmando permanentemente a diligente e aturada pesquisa do autor, entre tantos novos títulos patentes na obra, aí fomos ver recenseada a *Nova Interpretação do Sebastianismo*, de José Marinho, publicada por Jorge Croce Rivera, Lisboa, ed. autor, 1989 (não saindo todavia a tempo de nela figurar o Volume V das *Obras de José Marinho*, incluindo esse e «outros textos», edição do mesmo Jorge Croce Rivera, pela I.N.C.M, Lisboa, no decurso do transacto ano), e a marcantíssima dissertação *Alcácer-Quibir e D. Sebastião na Alemanha, Representações Historiográficas e Literárias (1578-ca.1800)*, com que Ana Maria Ramalheira se doutorou pela Universidade de Aveiro, no decurso do ano 2000 (obra entretanto apenas dois anos depois saindo da limitada esfera da edição de autor, pela mão da Ed. Minerva e do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, da Universidade de Coimbra, também não já a tempo de vir a ser elencada nesta *Sebástica*). É verdade que, dada a importância destas obras, estas eram

«entradas» que não poderiam faltar, mas não faltam sequer inúmeras «fichas» constituídas por pequenas notas críticas, recensões e entrevistas publicadas em periódicos de grande divulgação, cuja omissão dificilmente notaríamos, mas cuja presença não deixa de ser motivo de louvor.

Muito justa e pertinentemente se congratula pois o ilustre director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra com o serviço prestado por via da publicação da *Sebástica*, perfeitamente enquadrado nas funções cometidas à instituição editora...

Depois de enunciada uma não difícil justificação do título, o autor explica a lógica e funcional – mas reconhecidamente sempre discutível – distribuição da bibliografia sebástica por secções, representando estas, tanto quanto possível, os diferentes aspectos em que se podem agrupar as obras reunidas no volume (I – História; II – Sebastianismo e Quinto Império; III – Poesia; IV – Artes do Espectáculo; V – Ficção; VI – Divulgação; VII – Iconografia; VIII – Bibliografia), sendo que se quis que a seriação das secções obedecesse «a uma ordem lógica definida por pontos de vista internos que se ligam ao rei enquanto pessoa, mito, personagem ou fonte inspiradora», desta forma permitindo caminhar «da História ao mito, do mito e da História à criação literária e artística até à popularização do assunto através de divulgação mais aligeirada, sobretudo no século XIX, nas inúmeras publicações periódicas com função de entretenimento das famílias» (pp. XXI-XXII).

Vítor Amaral de Oliveira não se contenta, no entanto, com a ordenação dos elencos bibliográficos e com a descrição das espécies. Frequentíssimamente faz acompanhar essa descrição de breves, oportunas e judiciosas notas críticas, e de remissões para verbetes conexos.

Com todos os méritos referidos, obra de sua natureza imperfeita e incompleta (como naturalmente antes de mais ninguém reconhece o autor), não nos merecerá a reserva de uma objecção, de um reparo ou de uma crítica? Certamente...

Pensamos, desde logo, que a Introdução deveria estar dividida em apartados ou capítulos, e que lucraria então em crescer um pouco... Gostaríamos de ver cada secção subseccionada em outras menores, com as especializações de cada âmbito da matéria em apreço, ... e encontramos – necessariamente – uma ou outra falha, de que nem o melhor dos tecidos está isento. Exemplificando: é sabido que o rumor de estar em Veneza um indivíduo que se fazia passar pelo rei D. Sebastião se começou a espalhar em Junho de 1598 entre os emigrados portugueses, que desde a morte do Prior do Crato, em 1595, tinham perdido o seu estandarte e se tinham dispersado, sobretudo por força da paz concluída entre a França e a Espanha nesse mesmo mês de Junho de 1598. Como então se lê uma alusão a Marco Tulio Catizone, «o falso D. Sebastião de Veneza, condenado em 1595» (p. XXIV)? Porque razão – e bem – na secção de Ficção se lembram, entre outras obras, a *Ponte dos Suspiros*, de Fernando Campos (Lisboa, Difel, 2000), e o *Mosteiro*, de Agustina Bessa Luís (Lisboa, Guimarães Editores, 1980), e desta mesma romancista se silencia *A Monja de Lisboa* (Lisboa, Guimarães Editores, 1985), obra contando já com razoável bibliografia crítica e em cujas páginas se evoca – expressamente – o contexto e a trama política do «conluio sebastianista» (p. 268)?

Em todo o caso, toda a possível objecção será insignificante face ao evidente mérito do volume agora ao alcance do público. O serviço prestado e a utilidade evidenciam-se, desde logo, pelos bem organizados índices que, como era de esperar, finalizam o volume (pp. 699-766): temático, de publicações periódicas, onomástico, de gravuras reproduzidas (provenientes de exemplares da colecção do autor) e geral.

Sobretudo o temático e o onomástico, riquíssimos, aí estão, à espera do dedo e do olho indagador do investigador, do estudioso ou do simples curioso.

Pedro Vilas Boas Tavares

Verónica SIERRA BLAS, *Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*, Gijón, Ediciones Trea, 2003, 249 pp.

«La carta no es simplemente una fuente que aporta información fuera de ella misma. Asimismo, ha de reconocerse su valor como práctica social y fenómeno histórico atendiendo al acto mismo de la escritura, a la red de situaciones y condiciones en que la carta es producida y leída, y a sus propias finalidades, objetivos que constituyen el eje del presente libro». Esta declaración de intereses e intenciones se ofrece al lector en la contracapa del libro, como una invitación a conocer ese entramado epistolar que, intuimos, vamos a redescubrir a lo largo de nuestra lectura del libro.

Desde una perspectiva metodológica que debe mucho a los estudios de Roger Chartier, Armando Petrucci o Antonio Castillo Gómez, Verónica Sierra se acerca de nuevo a esta historia social de la escritura, enriqueciéndola con su preocupación hacia un material poco estudiado hasta ahora.

Tomando como base el estudio, no de los textos epistolares particulares, sino de los manuales que mostraban normas y modelos para escribirlos, divide la autora su obra en tres partes que analizan diferentes aspectos de esos libritos tan abundantes en la época seleccionada para su estudio, y tan olvidados. La cronología le permite a Verónica Sierra Blas introducirse – y mostrarnos – la semioculta vida epistolar durante la guerra civil española y la especificidad de los manuales que se escribían pensando en el soldado alejado de su familia, enfrentado a una situación extraña, de miedo, desolación, angustia, desesperanza, soledad.

En una primera parte más técnica, nos sorprenden las cifras de edición de estas obras, estadísticas que reflejan una amplia demanda de manuales epistolares en estos años. Leemos en esta parte una tipología de estas obras establecida por la autora a partir de diferentes aspectos: la autoría, el género, los destinatarios, la finalidad, el contenido y la estructura. Para quienes sentimos una especial atracción hacia las representaciones de la escritura, el capítulo que Verónica dedica a la imagen en estos manuales, resulta simplemente encantador, pero no sólo, ya que la autora analiza la disposición de los elementos gráficos en portada o en el texto, tratando de justificar su existencia y explicando los diferentes estilos. (Y nos sigue pareciendo encantador.)

Termina esta primera parte preguntándose por los lectores de estas obras, un público difícil de definir y precisar.

En la segunda parte nos introducimos en la retórica (o retóricas) que presentan estos manuales: normas, estructuras, materiales, letras apropiadas, selección de un estilo en función del destinatario y la finalidad de la carta, completado este desarrollo teórico con un análisis de los modelos propuestos en estas obras, trabajo del que se ocupa en la tercera parte. En ella el objeto principal de estudio es la carta, el reflejo de lo mostrado en los manuales epistolares. Esta aproximación es completada con una selección de algunos de los modelos propuestos de cartas de amor, cartas entre soldados y madrinas de guerra, cartas familiares y de amistad, y cartas de cortesía. (Suponemos que algunas personas prácticamente copiarían estos modelos, cambiando tan sólo un nombre para convertirla en una expresión personal.)

Es necesario añadir la generosa información bibliográfica que ofrece la autora a lo largo de todo el libro, y al final, donde encontramos la ficha completa de todos los manuales epistolares con los que ha trabajado – 62 de las 92 ediciones contabilizadas en esta época, en muchos casos reediciones, por lo que esa cifra de 62 se debe acercar muchísimo a la totalidad de obras conocidas – y una más que suficiente bibliografía sobre el tema.

La insistencia de la autora en marcar la importancia de la escritura como práctica social, y concretamente de la carta, resulta a veces excesiva por su repetición a lo largo de toda la obra, siendo innecesario ese recuerdo cada vez que se aborda un nuevo análisis. La lectura – con este pequeño «pero» – es muy amena, y sin duda enriquecedora, por todo lo que nos enseña sobre este acto cotidiano de escribir cartas, que tan complejo se nos revela a través de este libro.

Ana Martínez Pereira



# Notas Breves

Aníbal Pinto de CASTRO, *Camões, Poeta pelo Mundo em Pedacos Repartido*, Lisboa, Instituto Camões, 2003, 48 pp.

Com a brevidade lograda pela fina síntese que só o profundo conhecimento da biografia e, sobretudo, da obra de Camões autoriza, Aníbal Pinto de Castro faculta a um diversificado público (que também poderia dizer-se «pelo mundo em pedaços repartido») uma panorâmica geral mas cuidada dos principais aspectos da vida e obra de Camões.

Lembrando «o genial sentido de eclectismo cultural, e sobretudo literário» que marca toda a obra de Camões, Pinto de Castro tenta mostrar como este poeta soube articular, criativamente, «a herança medieval recebida através das literaturas peninsulares em língua portuguesa e castelhana» com as novas correntes poéticas que o Renascimento potenciou, quer através da recuperação dos clássicos gregos e latinos, quer das novas produções literárias humanistas, sobretudo de influência italiana e espanhola. Nestas Camões «admirava, por um lado, um riquíssimo conjunto de variantes genológicas e de esquemas formais, desde subgéneros como a égloga ou a elegia, às formas fixas do soneto, da canção e da ode renovada, bem como os modelos estróficos, métricos e rimáticos adequados a uma expressão nova da mensagem poética moderna que a sua obra pretendia comunicar» (p. 17). Contudo, a extraordinária capacidade criativa do Poeta soube sempre tirar partido da articulação da tradição e da inovação, sobretudo no tratamento do «núcleo temático essencial de todo o universo poético manifestado por Camões», que é o Amor (p. 27, 32-33). Mas ao amor liga-se frequentemente o desengano. E no caso de Camões, o desengano foi ainda acentuado pela «indiferença e o abandono de quantos o rodeavam, sem o compreenderem, ou que o hostilizavam justamente porque o compreendiam» (p. 29), conduzindo por vezes o Poeta à metamorfose da dor e do amor profano em versos de amor divino.

E porque Camões foi também poeta dramático, os seus autos são também vistos e enquadrados no conjunto da sua produção poética, tentando mostrar como eles formam igualmente «uma curiosa síntese entre a tradição peninsular e os novos modelos dramáticos trazidos pelo Humanismo renascentista» que abriu novos caminhos à comédia, que só a falta de continuadores impediu que fossem cabalmente desbravados (p. 40-42).

Neste vasto quadro, o lugar central d'*Os Lusíadas* na produção poética camoniana merece um renovado olhar que abarca todas as dimensões deste poema épico, numa cuidada visão de conjunto que deixa, ainda que fugazmente, polvilhadas diversas sugestões analíticas.

Assumindo-se como um trabalho de síntese sobre a vida e obra de Camões – mas consciente da impossibilidade, por enquanto, da proposta de um «itinerário» da escrita do poeta (p. 26) – este estudo de Aníbal Pinto de Castro deixa ainda, com generosidade, sugestões de investigação sobre a obra camoniana, nomeadamente, sobre a «complexa rede de relações que ligam o texto camoniano à cultura literária do seu tempo...» (p. 18), sobre o paciente trabalho de crítica textual que há ainda a fazer para recuperar composições poéticas camonianas ou para repor a sua lição, e, ainda, sobre a própria edição (e revisão) crítica d'*Os Lusíadas*.

Maria de Lurdes Correia Fernandes

Pedro M. CÁTEDRA, *Invención, difusión y recepción de la literatura popular impresa (siglo XVI)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2002, 540 pp.

*Delectare et prodesse*, requisitos cumpridos por esta obra em la que el minucioso trabajo bibliográfico aparece recubierto, muy astutamente, por una capa de dulce azúcar que hará las delicias del lector. Un estupendo trabajo «detectivesco» que transmite pasión por la investigación, y que le ha valido a Pedro M. Cátedra la concesión del Premio Bartolomé José Gallardo.

El autor nos acerca a la literatura de cordel del siglo XVI, necesitada de un estudio sistemático y de conjunto, y al fascinante mundo de la creación e invención de las historias que llenan las páginas de los pliegos sueltos. La intrahistoria del pliego suelto está vinculada al ciego o medio ciego que inventa, crea y vende, y que en este caso tiene nombre y apellido, Mateo de Brizuela.

Cátedra divide el libro en cinco partes y añade un apéndice documental que contiene toda la información jurídica sobre el *Caso admirable y espantoso* de Brizuela, un pliego suelto de ficción gótica cuyo estudio centra la primera parte del trabajo (pp. 27 a 98). En la segunda parte (pp. 101 a 197) va del caso particular a lo general, y con gran erudición trata temas tan enjundiosos como la cultura popular, la literatura de cordel, la figura institucional del ciego y la censura y el control literario. La tercera parte (pp. 201 a 300) se centra nuevamente en lo particular, analizando la figura y la obra de Mateo de Brizuela y su posible heterónimo, Mateo Sánchez de la Cruz. Un exhaustivo catálogo cronológico de ediciones y manuscritos de la obra de Brizuela, y de obras atribuidas a él, ocupa la cuarta parte del libro (pp. 303 a 361). Y por último, en la quinta parte (pp. 365 a 427), publica las obras de Brizuela y de Sánchez de la Cruz según su versión impresa más antigua.

Tuve la suerte de acceder a las obritas de Brizuela hace algunos años, y recuerdo la pasión y la emoción contenida con la que leímos y analizamos la lacrimosa *Carta* del cautivo Melchor de Padilla, a quien le hubiera ido mejor si se hubiera encomendado a alguna virgen milagrosa. La triste historia, con tintes hagiográficos, de la *Renegada de Valladolid*, cuyo éxito propició la creación de una segunda parte.

Aunque sin duda, la historia que se llevaba la palma era la del abogado de Martín Muñoz de las Posadas, que manejaba con soltura la baraja de los pecados capitales y su última jugada fue vender su alma al diablo y renegar de Jesucristo; estos sucesos amarillistas se narran en el *Caso admirable y espantoso*, que proporcionó a Brizuela y al impresor, Alonso de la Barrera, un pesado proceso judicial. Lo que sucedió realmente con el letrado Gutiérrez es un misterio, aunque, según Cátedra, este rumor calumnioso partió de un sobrino del propio abogado, que no salió bien parado en el reparto de la herencia, y cuya intención era perjudicar al beneficiario.

Esta monografía supone una importante aportación para el estudio de la literatura de cordel del siglo XVI, ya que el material que nos ofrece estaba inédito. Sin duda, será una de las obras de referencia para los estudiosos del siglo XXI.

M<sup>a</sup> Eugenia Díaz Tena

Antonio MESTRE SANCHÍS, *Humanistas, Políticos e Ilustrados*, Alicante, Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2002, 309 pp.

António Mestre já tinha assinalado nos estudos que vem publicando, desde há muitos anos, sobre Manuel Martí, Pérez Bayer, Cerdá Rico e, muito especialmente, Gregório Mayans y Siscar – de quem aliás escreveu uma muito útil biografia, editada em Valência, em 1999 (*Don Gregório Mayans y Siscar entre la erudición y la política*) –, a importância da revalorização de muitos dos aspectos do humanismo do século XVI, no contexto da Ilustração espanhola. Neste valioso trabalho intitulado *Humanistas, Políticos e Ilustrados*, procura, tendo em conta investigações e conclusões anteriores, demonstrar «la fuerza del humanismo a lo largo del siglo XVIII» (p. 11). Para isso examina a decadência dos «studia humanitatis», os primeiros intentos de renovação, «el cambio de mentalidad», a expulsão da Companhia de Jesus, a relação dos ilustrados com os estudos clássicos, a plenitude humanista dos «ilustrados» e as relações entre «Política e humanismo». Ao desenvolver todos estes aspectos que em muito contribuem para um melhor conhecimento da Ilustração espanhola e da problematização do conceito em si, analisa as atitudes de diferentes figuras de Setecentos face à tradição clássica, visando a clarificação da forma(s) como cada um encara, revaloriza ou reproduz tal herança. Desse ponto de vista, estuda a evolução, no sentido das mudanças de orientação, do que denomina «corrente humanista» no século XVIII, analisa a pedagogia jesuítica e a relação com o poder político, não esquecendo as diversas reacções à Revolução Francesa. O estudo de todos estes cambiantes permite ao leitor, por um lado, aceder a um panorama global da Ilustração espanhola e, por outro, atentar nos matizes e nas diferenças específicas que, problematizando o conceito, também o enriquecem.

Zulmira C. Santos

Sophia de Mello Breyner ANDRESEN, *En la desnudez de la luz* (Introducción y traducción de Jacobo Sanz Hermida), Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca y Patrimonio Nacional, 2003, 198 pp.

Coincidiendo con la concesión del *XII Premio Reina Sofía de Poesía Iberoamericana* a Sophia de Mello Breyner Andresen –que viene a sumarse a los numerosos reconocimientos que en su país se han otorgado a su gran calidad literaria, incluso al concedérsele, en 1999, el prestigioso *Prémio Camões* en lengua portuguesa–, aparece en las librerías esta cuidada antología bilingüe a cargo de Jacobo Sanz Hermida para premiar, en este caso, a los lectores que aún no se hayan acercado a la orilla del extenso mar literario de esta excelente poeta portuense.

La presente edición adopta un criterio temático monográfico en la selección de los poemas compendiados, justificado adecuadamente por el interés de mostrar un punto de vista distinto al de otras recientes antologías publicadas en castellano sobre esta autora. Partiendo de este criterio, el antólogo toma como base un tema recurrente en la obra de Sophia: Grecia y el mundo helenístico.

Al mar Mediterráneo traslada, Sophia de Mello Breyner Andresen, el lugar en donde habitará el «nombre de las cosas», el «arte del ser», y en el marco de la utopía clásica el espacio en donde buscar el sentido profundo de las mismas. Su evocación del mundo clásico muestra su cercanía con poetas como Rainer Maria Rilke, Cavafis, Hölderlin o el Cernuda, intimista e idealista, de *Las Nubes*.

Esta edición recoge, a su vez, las poéticas de la autora, en las cuales ahonda con precisa belleza sobre su concepto artístico: «Pues la poesía es mi explicación con el universo, mi convivencia con las cosas, mi participación en lo real [...]» *Arte poética II* (p.177).

Jacobo Sanz Hermida sigue la huella que la Grecia clásica imprimió en las composiciones de Sophia desde su segundo poemario: *Día do Mar*, de 1947, hasta uno de sus recientes libros, *Musa*, centrando el grueso de la selección en *Geografía* y *Dual*, de 1967 y 1972 respectivamente, y en donde se aprecia, con especial claridad, cómo el calor y la luz del Mediterráneo iluminó a esta autora cuyo origen está en el Norte y cómo la comunión de ambos mundos la enlaza con la luz de la literatura universal.

Pilar Nicolás Martínez

Lucía MONTEJO GURRUCHAGA e Nieves BARANDA LETURIO (coord.), *Las mujeres escritoras en la historia de la Literatura Española*, madrid, Ediciones UNED, 2002, 202 pp.

Como resultado de um curso de verão (em Julho de 2001) no Centro da UNED em Ávila sobre as escritoras e escrita feminina desde a Idade Média até à actualidade, este volume coordenado por Lucía Montejo e Nieves Baranda apresenta-nos um conjunto de estudos sobre esta problemática, tentando revalorizar uma dimensão importante e nem sempre devidamente considerada da história literária espanhola. O amplo leque cronológico e temático que se estende da poesia medieval à novela contemporânea de mulher permite abarcar, além de diferentes géneros literários, perspectivas críticas que abrem novos caminhos à investigação e à revisão de muitos aspectos da história da literatura espanhola.

O primeiro estudo, de Miguel Ángel Pérez Priego, lembra os dois tipos de poesia feminina na Edad Média castellana – um, anónimo, de «condición y carácter tradicional», e outro «de autora, culta, compuesta por mujeres de nombre conocido» – e centra-se sobretudo neste segundo tipo, analisando as composições poéticas de autoria feminina incluídas em cancioneros do século XV, muito particularmente os da época dos Reis Católicos.

Nieves Baranda, em «Las escritoras españolas en el siglo XVI: la ausencia de una tradición literaria propia» (pp. 34-54), tenta, por um lado, realçar a relativamente maior presença de escritoras no século XVI e, por outro, questionar as causas da timidez dessa presença. Para o primeiro aspecto, lembra a importância do estímulo fundamental que Isabel a Católica deu à formação cultural na corte e, muito particularmente, o cuidado na educação das suas filhas, numa época que beneficiou também da afirmação da corrente cultural do humanismo. Mas o efeito «activo» deste investimento cultural junto das mulheres enquanto «creadoras y emisoras de cultura» foi, contudo, muito ténue, sobretudo se quisermos sair dos espaços privados do mundo cortesão para o domínio público, em que muito poucas mulheres lograram a difusão escrita. Por isso – e tendo em conta as fortes barreiras sociais impostas à condição feminina –, apresenta-se muito válida a conclusão de Nieves Baranda de que, no século XVI, «las escritoras hispanas no lograron un espacio literario propio y no pudieron sentar una tradición en la que afirmarse», tanto mais que «las propias escritoras o autoras tienen un grado de conciencia autorial muy bajo o casi inexistente...» (p. 51). A mudança ter-se-á dado a partir de 1588,

ano da publicação das obras de Santa Teresa, cujo impacto e repercussão haveria que estudar com maior sistematicidade.

Ana Suárez Miramón estuda «El tema de la mujer en el teatro barroco» (pp. 55-84), apresentando uma vasta panorâmica da produção teatral do período barroco e fornecendo uma visão extensiva de autores e obras mais representativos dos diferentes modos de olhar e incorporar a mulher não só como objecto literário e sujeito espectador, mas também como participante activa na construção das muitas facetas dos comportamentos femininos no teatro e na sociedade da época barroca. A importância da presença feminina nos palcos e entre o público espectador foi atenuando, ao longo dos tempos, os medos, as cautelas, as advertências de moralistas e teólogos que viam nessa presença uma ameaça aos princípios normativos, e por isso é muito interessante o percurso que a autora nos traça dos modos de representar a acção e voz feminina, sobretudo a partir de Lope até ao teatro de Rances Candamo, tanto mais que o teatro permite ver e compreender muitas das tensões da sociedade da época.

A poesia neoclássica feminina é objecto de uma interessante abordagem de Emilio Palacios Fernández em «El Parnaso poético femenino en el siglo XVIII: Escritoras neoclásicas» (PP. 84-121). É sabido que a Ilustração deu um impulso significativo à participação feminina em academias, salões e tertúlias literárias, muito especialmente na segunda metade do século XVIII. Talvez por isso, é muito significativo o notório aumento de mulheres escritoras ao longo do século XVIII, abarcando diversos géneros literários e, muito especialmente, a poesia. Não por acaso, «el Madrid de finales de siglo fue testigo de otras numerosas veladas patrocinadas por mujeres de las que nos queda una información demasiado precisa» e «en los periódicos aparecen numerosos nombres de mujer que publicaron algunos poemas sueltos...», em resultado por vezes de «una moda a la que animaron incluso los editores» (p. 89). Mas, seja por efeito de moda, seja pela afirmação irreversível de um espaço próprio, o certo é que todo o ambiente literário e cultural da Ilustração se revelou fundamental para uma maior afirmação e criatividade literária feminina, como, aliás, o mostra bem Emilio Palacios nesta vasta panorâmica sobre a produção poética neoclássica feminina, com destaque especial para algumas figuras cimeiras, como María Gertrudis Hore, Rosa María Gálvez e Margarita Hickey.

A época da Restauração é objecto de estudo por María del Carmen Simón Palmer em «Progresismo, heterodoxia y utopía en algunas escritoras durante la Restauración» (pp. 123-140). Nele, compreensivelmente, acentua «la intensa actividad social llevada a cabo por algunas autoras precedente de su labor política, algo impensable hasta el último decenio de aquel siglo, y, aún entonces, con consecuencias negativas en su vida y en su carrera literaria» (p. 123). De facto, o envolvimento feminino em correntes políticas da época permitiram que algumas se afirmassem na época, ou como «livre-pensadoras» (com Rosario de Acuña à cabeça), ou como «republicanas» (como Ángeles López de Ayala, Teresa Mané, Belén Sárraga, Soledad Areales e Aurelia Muñiz), ou que se envolvessem em associações, de que é um exemplo a «Sociedad de Señoras de la Asociación Abolicionista Española» (integrada, a partir de Dezembro de 1865, na «Asociación Abolicionista»). María de Carmen Simón chama a atenção para o imenso trabalho de investigação que há ainda a fazer para compreender e revalorizar a intervenção feminina em periódicos e publicações várias, nos projectos educativos e nas ideias regeneracionistas, domínios em que se vê crescer a força da afirmação do papel feminino quer na vida política e social, quer na criação literária.

O campo da autobiografia – em que, na Época Moderna, sobretudo depois do *Libro de la vida* de S. Teresa, algumas mulheres encontraram um espaço próprio de expressão – é abordado por Anna Caballé em «La autobiografía escrita por mujeres: los vacíos en el estudio de un género» (pp. 141-152). Como bem começa por afirmar esta autora, «La autobiografía es un género literario, tal vez sería mejor definirla –si pensamos en las mujeres que la han frecuentado– como una práctica, estrechamente vinculada a la construcción de la identidad y por tanto no puede tratarse de una escritura indiferente a la cuestión del género...» (p. 141), uma vez que «los autobiógrafos contruyen sus relatos en función de su sexo (en la medida en que éste define y configura toda identidad). Este pressupuesto, que parece inquestionável, conduziu a autora a uma revisão histórica do género autobiográfico feminino, sobretudo a partir do *Libro de la vida* de S. Teresa, lembrando uma vez mais a importância cultural deste texto, mesmo no quadro das autobiografias femininas a partir do século XIX.

«Las mujeres escritoras de los años cincuenta: al margen de las tendencias dominantes» é o título do estudo de Lacia Montejo Gurruchaga, que incide sobre o notório (mas nem sempre valorizado pela crítica) crescendo da novelística feminina nos anos 40 e 50 do século XX, que conta com nomes tão importantes como o de Carmen Laforet, de Ana María Matute, de Carmen Martín Gaité, de Elena Quiroga, de Concha Alós, de Mercedes Ballesteros e de tantas outras... E se é certo que os prémios literários foram um instrumento fundamental para o reconhecimento pela crítica de várias dessas autoras, muitas permanecem ainda na penumbra das edições originais e dos olhares parcelares (tantas vezes, também, censores). E, no entanto, as suas narrativas são testemunhos riquíssimos do olhar sobre a esfera do privado, da vivência e projecção dos senti-

mentos amorosos, dos modos de compreensão ou crítica sobre muitos aspectos da sociedade do seu tempo. Das facetas multifacetadas desta rica produção narrativa tenta dar conta este interessante estudo de Lucía Montejo.

O antepenúltimo estudo da obra, sobre «La novela contemporánea de mujer (1975-2000). De la ficción autobiográfica, la autobiografía y la novela-crónica» (pp. 167-188), é da autoria de María Isabel de Castro García e pretende mostrar como «poco a poco se ha ido perfilando una escritura libre, no constreñida por actitudes testimoniales e ideológicas» (p. 167). As profundas mudanças sociais, políticas e culturais do último quarto do século XX também marcaram, compreensivelmente, a produção literária em geral e a feminina em particular. A diversidade é uma nota fundamental, constituindo aspectos importantes, sobretudo com a influência do posmodernismo, «la vindicación de la narratividad, de la historia, de la acción y de la intriga, la superación del compromiso, el desplazamiento del foco del relato de lo colectivo a lo individual, la incorporación de la ironía y la amenidad y, en general, el propósito de aproximar la novela al público han sido otras tantas constantes sobre las que esta se ha venido sustentando», contribuindo para «una novela ligera y de escasa o ambigua proyección ética y moral salvo excepciones, bien recibida por lectores poco reflexivos y dóciles al dirigismo editorial y a los reclamos publicitarios» (p. 169). Neste quadro, faz todo o sentido que a autora coloque a questão da existência hoje de «una novela específica de autora», o que a conduz a um repassar não só das análises críticas das últimas décadas, mas, sobretudo, da narrativa de oito importantes escritoras do presente, mostrando a afirmação crescente de um *nuevo realismo* que parece favorecer, quer um maior equilíbrio entre homens e mulheres, quer a «denuncia de la carencia de valores, de la corrupción generalizada y de la creciente supeditación a los dioses del dinero, el *status* y el poder» (p. 188).

O penúltimo texto do volume pertence a Rosa Regàs que, partindo de uma leitura muito pessoal e assumidamente «heterodoxo» de *D. Quijote de la Mancha*, visa exaltar «La creación, la fantasía y la vida» (pp. 189-202), ou seja, a própria literatura, porque «sin ella naceríamos, viviríamos y moriríamos más condenados aún de lo que estamos, más esclavos aún de lo que somos» (p. 195).

O volume encerra com um breve texto da escritora Belén Gopegui que se intitula «Salir del arte» (pp.197-202), no qual, de um modo que não foge ao autobiográfico, a autora pretende revalorizar a relação da literatura com a vida, ou, melhor, da arte com a verdade.

Maria de Lurdes Correia Fernandes



# Abstracts

Jean-Claude Margolin, *Apology for Humanism: from the globalization to the sectorization of a socio-historic concept*.

This article analyses and discusses the employment of the word and of the concept of «humanism» and attempts to prove that there are several «humanisms»: that of the North, of the Netherlands and that of the South one. The essential aspects of the concept are, however, to be found in the expressions «humaniores litterae», «bonnae litterae» or «studia humanitatis».

Maria Idalina Resina Rodrigues, *The “cortes” at Cortes: Lisboa, 1521*.

The author studies *Cortes de Júpiter*, by Gil Vicente, a play performed in 1521 on the occasion of the departure to Savoy of Infanta D. Beatriz, the daughter of King Manuel I, in the wake of her marriage to Duke Charles III. This article places this work within the context of Gil Vicente's production and singles out the play's main thematic developments, in an attempt to prove that the latter mirror the playwright's values of universal friendship through the past and the future, peoples and their attitudes, the rights of faith and those of fantasy.

José Carlos Ribeiro Miranda, *The 1535 Castillian Edition of the «Demanda del Sancto Grial»*.

Throughout the 16th century, successive Arthurian romances were published on the Iberian Peninsula, particularly in Castille, in versions displaying specificities related to their later reception. The 1535 edition of the *Demanda do Sancto Grial, con los maravillosos fechos de Lanzarote y de Galaz su hijo*, appears as a case worthy of some reflection.

José Augusto Cardoso Bernardes, *The Construction of the Literary History of the 16th Century: the Case of Bernardim Ribeiro*

The essential features of the literary history of the 16th century were established in the last decades of the 19th century. It depends upon a number of civic and political assumptions related to the overall vision of the Portuguese 16th century. Within the current framework of the 'rehabilitation' of literary history – with the purpose of strengthening its theoretical consciousness and its attention to the aesthetic – it is time to reassess those assumptions, as well as the results they have yielded in both research and teaching.

The case of Bernardim Ribeiro is taken as an example of this process of biased construction and both its foundations and its consequences are examined.

Margarida Miranda, *At the Origins of Melodrama: Neolatin Tragedy in Portugal*

Modern opera was born in Italy in the early 17th century, as is well known, as an attempt at the reconstitution of ancient Greek drama. Although priority is claimed by *Camerata Fiorentina* as a pathbreaker for the *drama per musica*, we cannot ignore some relevant landmarks arising precisely from the tight cooperation of humanist playwrights and musicians throughout the 16th century. Portugal has also witnessed attempts at uniting music and theatre inspired by the classics long before the 17th century.

In Coimbra (1559-1562), the collaboration between the humanist Miguel Venegas and the musician Francisco de Santa Maria (famous for his skills as a composer of *choros pera tragédias*) gave rise to a new musical genre, described, at the time, as *mos tragicus*. The final product was a sort of polyphonic declamation, subordinated to the word and meant to increase its expressive value, thus recovering the unity of ancient prosody. Although we do not know all the musical scores by Francisco de Santa Maria, these are the oldest known examples of music written for humanistic theatre.

Aníbal Pinto de Castro, *Boscán and Garcilaso in Portuguese Renaissance and Mannerist Lyricism*

This study, based on long research, attempts to demonstrate the “textual” presence of Juan de Boscán and Garcilaso de la Vega in the work of various 16<sup>th</sup> Century Portuguese authors, with a focus on Sá de Miranda, António Ferreira, Diogo Bernardes, Pero Andrade de Caminha, and in particular, Camões.

Luís de Sá Fradilha, *Beatriz de Sá, Gracilaso de la Vega's Unlikely Beloved*

In the most recent biography of Gracilaso de la Vega, published in 2002, Maria del Carmen Vaquero Serano puts forward the hypothesis that Elisa, whom the poet mourns in eclogues I and III may not have been Isabel Freire, as it has traditionally been accepted, but another Portuguese lady, D. Beatriz de Sá, the second wife of his brother Pedro Lasso. The author undertakes an analysis of the basis of this proposal and assess the viability of the new identification.

Maria Helena da Rocha Pereira, *Camões' "Elegia III"*

This article is a study of Camões's *Elegia III*, "O Sulmonense Ovídio", showing the ways in which the Ovidian archtext rules over the forms Camões uses to describe the situation of exile. Through a direct comparison of passages of the text by Camões and of the *Tristia*, the author clarifies their intertextual relations.

Américo da Costa Ramalho, *The Poem "De Agnetis Caede", a Source of "Os Lusíadas"?*

The latin ode *De Agnetis Caede* is not a masterpiece by André de Resende (as Prof. John Martyn claims), but a modest anonymous poem, whose author probably belonged to the same scholarly milieu as the author of the *écloga Conimbrica*, also attributed by Martyn to the humanist Resende. *Conimbrica* ends, indeed, with a playful mention to the lampreys caught in the waters born out of Inês's tears.

This likely exercise by a student of a Jesuit college is thus not the model of the episode of Inês de Castro in *Os Lusíadas*, as Martyn repeatedly claims, but a poor imitation of the text by Camões.

Maria de Lurdes Correia Fernandes, *Between Satire and Advice: the Chapbooks "Conselhos para bem casar" and "Malícia das mulheres" by Baltasar Dias*

Baltasar Dias's text *Conselhos para bem casar* – with several printings of the 17th century – has not yet had the critical attention it deserves. It is a text of great interest for both its approach to the different aspects of the subject of marriage – recovering aspects of medieval satire and offering advice and counsel found in erudite works by 16th century humanists – and for its "popular" format and context, which made possible its broad diffusion among different types of readers and publics.

Pedro Vilas Boas Tavares, *Poetry in 16th Century Baía: Bartolomeu Fragoso's Unknown Poems*

Bartolomeu Fragoso is known from several "denunciations" and "confessions" made during the *Visitação do Santo Ofício de Lisboa às partes da Bahia e Pernambuco* (1591-1595). He was a young graduate and master of arts by the College of Baía, the city where he lived. The study of Fragoso's individual case by the Inquisition has made it possible to know what his "faults" were (as well as those of the other defendants), according to the inquiries made by Heitor Furtado de Mendonça (which represents a useful contribution to the reconstitution of the social and cultural milieu of Baía); a study of this case also allows us, more specifically, to identify the intellectual and literary leanings of this ex-student, questioned by the "Mesa" as they were verbalized and externalized.

After the defendant's arrest, his papers were taken. Among the latter were some original poems, which he intended to diffuse in Baía and in Lisbon. We make them available here for further study by historians of Portuguese literature.

Isabel Morujão, *Between the Profane and the Religious. Processes of Divinization in the Poetry of Soror Violante do Céu.*

This study takes as its object the poetry of Soror Violante do Céu, with the aim of confronting the poems included in *Rimas Várias* (published in Rouen, in 1646) with those included in the *Parnaso Lusitano*, published posthumously, in Lisbon, in 1733, 40 years after her death. We suggest some possible meanings for the intertextual webs found in both works.

Rogelio Ponce de León, *"In grammaticos". On the Linguistic Thought of Francisco Martins (+1596)*

This study is a detailed analysis of Francisco Martins' linguistic theory. Martins was a Professor at the University of Salamanca and the author of *Grammaticae artis integra institutio* (Salamanca, 1575), published in Spanish from 1588 onwards. The Portuguese professor's proposals are linked to the trends in grammar prevailing at the University of Salamanca during the second half of the 16th century.

Ana Martínez Pereira, *The «Arte de escrever» by Manuel Barata in the Pedagogical Context of the Second Half of the 16th Century*

The calligraphic work by Manuel Barata was republished, posthumously, in 1590. This (presumed) second edition was printed and sold together with an orthography of the Portuguese language and a basic arithmetic, thus covering the second part of the curriculum offered by elementary schools, after reading and Christian doctrine had been instilled in the child through the primer.

This edition was an obvious product for sale defined by the bookseller/publisher João de Ocanha. It will help us in thinking through the essence of the pedagogical contents of elementary schooling in the 16th-17th centuries, its methods and targets, as well as the use of some materials such as books, in this case.

Sara Augusto, *The «Esperança Engañada» of Manuel Fernandes Raya (1624)*.

This study focuses on “Esperança Engañada” (1624) by Manuel Fernandes Raya, placing it within the literary codes of the pastoral novella. In the context of this theoretical codification, the possibility of an allegorical reading of the second part of the novella is stressed. The study focuses as well on the development of the features of the pastoral genre in 17<sup>th</sup> Century Portuguese literature.

Zulmira C. Santos, *The «Academia nos Montes» (1642) and the Models of Courtly Conversation in the 17th Century*

Despite being little known and even somewhat "mysterious", the *Academia nos montes e conversações de homens nobres* (1642), by Manuel Monteiro de Campos, has sometimes been described as heavily indebted to the literary, cultural, political... framing of *Corte na Aldeia* (1619), by Francisco Rodrigues Lobo. This study does not reject this heritage. It is an attempt at articulating a variety of aspects of the work, drawing attention to the fact that the proposed models of conversation suggest lines of interpretation and analyses which are far from being reduced – though fitting into these in other ways – to the models of courtly conversation.

Closing Talk

Jorge Alves Osório, *Silences in «Menina e Moça»*

"Silence", the absence of the word, seems to contradict the notion of the materialization of a literary expression. We understand "literary", here, in a broad sense: it refers both to what is created as art and to the material sign within a conventional system which has as its background (and in its functional projection) an enactment of a linguistic kind.

That is why "silence" as the absence of the word or of the presence of the voice before the receptor has been part, since Antiquity, of the procedures of rhetorical strategy, namely of an argumentative kind. But the material absence of the "littera" may be due to a variety of causes, ranging from the gaps in the transmission of a text, usually due to a copier, to the absences attributed to the "author". Within this framework, *Menina e Moça* is a unique case in 16<sup>th</sup> century Portuguese literature. In this work, silence is part of the construction of the "literary work of art" itself and, at the same time, it is a feature of the text as we know it in its different versions.

Santiago Martínez Hernández, *Memory and Private Writing in the Court Nobility Culture of the «Siglo de Oro»: the «papeles» by Marquis of Velada*

This work recalls some of the documents – papers and letters – written by the second Marquis of Velada, Gómez Dávila y Toledo, throughout his life in king Philip II's court. This personal documentation is a very interesting way to get to know court life at the end of the sixteenth Century. Together with requests and complaints, we find political reflections, anecdotes or reports on court intrigue, reports which enrich our knowledge of the semi-private (almost public) court life. The documentary appendix enables the reader to complete the analysis proposed in the present paper.

Xavier Tubau, the *Arte* that Nebrija did not write. About Juan de Iriarte and his *Gramática Latina*.

The present paper studies the state of the teaching of Latin in Spain during the second half of the eighteenth Century as well as the handbooks used for this purpose; it analyses especially the controversy which appeared after the publication of the Latin grammars of Juan de Iriarte and Gregorio Mayans y Siscar.

## NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINALS

Os artigos não deverão ultrapassar as 25 páginas, com 30 linhas por página. Serão apresentados em disquete acompanhada de uma cópia em papel. O texto irá em corpo 11 (de preferência letra Garamond). As notas de rodapé serão em corpo 9. Se o autor desejar destacar citações no corpo do texto, deverá utilizar o corpo 10 nas mesmas.

Não se aceitam negritos nem sublinhados; os excertos ou expressões a destacar irão em itálico ou entre aspas (« »). Caso seja necessário utilizar aspas dentro de aspas, recorrer-se-á a outros tipos (« ‘ ’ »).

### CITAÇÕES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### A) No texto:

Os títulos serão indicados em itálico. Caso seja mencionada uma obra antiga no corpo do texto os dados relativos à impressão podem ser indicados entre parênteses: *Os Lusíadas* (Lisboa, António Gonçalves, 1572). A supressão de uma parte do texto indicar-se-á com reticências entre parênteses.

#### B) Nas notas:

*Monografias*: Nome APELIDO(S), *Título*, lugar de edição, editorial, ano. Deve especificar-se a localização do excerto ou ideia a destacar, indicando o volume em que se encontra (no caso de se tratar de uma obra com vários volumes), assim como as páginas. Ocasionalmente, pode ser importante incluir o nome do coordenador, tradutor, etc.; nestes casos, serão indicados a seguir ao título, entre parênteses: Ex: Andrea ALCIATO, *Emblemas* (ed. Santiago Sebastián), Madrid, Ediciones Akal, 1985, em citações subsequentes da mesma obra, é suficiente a indicação do autor e o título abreviado da obra, seguido apenas do n.º da página.

Caso se trate de uma colaboração editorial, indicar-se-ão os nomes das diferentes editoras separados por barras: /

As edições facsimiladas costumam citar-se como uma monografia, mas se interessar destacar a introdução ou estudo(s) preliminar(es), citar-se-á como se se tratasse de uma parte de uma obra:

Justo GARCÍA MORALES, «Introducción», em Juan de YCIAR, *Ortographia Practica*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia/Instituto Bibliográfico Hispánico, 1973, 9-17 (ed. or. Zaragoza, Bartholomé de Nágera, 1548)

*Obra colectiva*: Nome APELIDO(S), «Título do artigo», em *Título do Livro* (ed., trad., coord., etc.), lugar de edição, editorial, ano, vol. página(s).

*Artigos de revista*: Nome APELIDO(S), «Título do artigo», *Título da revista*, volume e número (ano), páginas. Em todos os casos, nas referências seguintes da mesma obra/artigo indicar-se-á o nome do autor e o título abreviado da obra/artigo, seguido do número da(s) página(s).

*Arquivos e bibliotecas*: Na primeira ocorrência aparecerá o nome completo, seguido da abreviatura entre parênteses. Nas menções seguintes só se indicará a abreviatura: Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL).

#### C) Em bibliografia

Não é necessário incluir a lista bibliográfica no final do artigo, uma vez que a referência completa aparece em nota de rodapé na primeira vez que aparece citado. Se os autores considerarem pertinente oferecer essa lista, as referências serão encabeçadas pelo apelido (ou apelidos) do autor em maiúsculo:

VITERBO, Joaquim de Sousa, *A Literatura Hespanhola em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915. Em caso de artigos, indicar-se-ão no final as páginas iniciais e finais.

Os artigos para edição, as obras para revisão, as revistas enviadas para permuta, as revisões e artigos bibliográficos serão dirigidos a:

Redacção da *Península. Revista de Estudos Ibéricos*  
Instituto de Estudos Ibéricos  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Via Panorâmica, s.n. – 4150-564 Porto (Portugal)  
e-mail: ibericos@letras.up.pt